

continuação

com base no Laudo de Alocação de Preço de Aquisição ("PPA") definitivo, emitido em 30 de julho de 2025. Todos os valores justos de ativos identificáveis e passivos assumidos foram ajustados e apresentados conforme os requisitos do CPC 15 (R3) - Combinações de Negócios, substituindo quaisquer mensurações preliminares. A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição

Table with columns: Preço de aquisição, Parcela da Total Controladora (90%), Ajuste do valor justo, Valor contábil, Valor justo. Includes items like Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

1.4 Outorgas de geração: O Grupo possui outorgas de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME conforme listadas abaixo.

Table with columns: SPE, Portaria MME, Término das outorgas, Capacidade instalada (MW), Energia assegurada MWh/Ano. Lists various power generation concessions.

1.5 Contratos de energia: (i) Asa Branca - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR")

Em 26 de agosto de 2010, as companhias Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, conjuntamente referidas como "SPEs Asa Branca" sagraram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas ("LFA"), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia com as 14 distribuidoras participantes do referido leilão.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists contracts for Asa Branca IV through VIII.

(ii) Chapada I - Contratos de Energia de Reserva ("CER")

As companhias Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII, Santa Joana XIV, e Santa Joana XVI, conjuntamente denominadas "SPEs Chapada I" firmaram Contratos de

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

Energia de Reserva - CER, na modalidade quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no 5º Leilão de Energia de Reserva promovido em 23 de agosto de 2013, em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no Edital de Leilão nº 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists contracts for Santa Joana IX through XVI.

(iii) Chapada II - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR")

As companhias Santa Joana I, Santa Joana III, Santa Joana IV, Santa Joana V, Santa Joana VII, e Santo Augusto IV, conjuntamente denominadas "SPEs Chapada II" firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists contracts for Santa Joana I through Santo Augusto IV.

(iv) Chapada III - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR")

As companhias Santo Augusto III e Santo Augusto V, conjuntamente denominadas "SPEs Chapada III" firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists contracts for Santo Augusto III and V.

1.6 Contas de ressarcimentos: A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

Quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contábeis. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. Os eventos de curtailment, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo.

Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano.

1.8 Situação financeira:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Reclassificado. Shows financial metrics for 31/12/25, 31/12/24, and 31/12/23.

Total do ativo circulante: 728, Total do passivo circulante: (198.162), Capital circulante líquido: (197.434).

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor negativo de R\$ 197.434 na controladora (comparado a R\$ 7.963 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 861.565 no consolidado (comparado a R\$ 700.867 negativo em 31 de dezembro de 2024).

2.2 Principais políticas contábeis materiais:

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas.

2.3 Adoção de normas contábeis - Novas e revisadas: Revisadas e vigentes:

Table with columns: Novas normas ou alterações, Alterações, Vigência. Lists CPC 02.

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Normas

Table with columns: Normas, Alterações, Vigência. Lists CPC 40, CPC 48, and CPC 51.

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

2.5 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:

O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações financeiras.

2.5.1 Reclassificação das Cifras Comparativas:

Para assegurar de comparabilidade com a apresentação adotada em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida junto ao BNDES da controladora indireta Chapada I, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reclassificado do passivo não circulante para passivo circulante.

2.5.2 Reversão de Provisão:

Em 31 de dezembro de 2024, foi revertida a provisão de R\$ 1.179.325 referente a uma provisão para passivo circulante, na rubrica de "Debitos, empréstimo e financiamentos" do balanço patrimonial consolidado (Nota Explicativa 16), sem efeitos no resultado do Grupo.

2.5.3 Reversão de Provisão:

Essa reversão decorre do fato de que, em 31 de dezembro de 2024, a controladora indireta não atendeu ao índice mínimo de cobertura da dívida (ICSD) previsto contratualmente e o waiver obtido junto ao BNDES estava condicionado, no caso da controladora indireta Chapada I, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, condição que não estava sob o controle da Companhia.

2.5.4 Reversão de Provisão:

Essas reversões são demonstradas a seguir:



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. Balanço patrimonial: Consolidado 31/12/24 vs 31/12/23. Includes sections for Risk (Risco de mercado, crédito, liquidez), Controladora, and detailed financial data.

continuação

Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. (e) Impairment de ativos financeiros: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. (f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros: Os ativos financeiros a custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros a custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Ativos, conforme o balanço patrimonial, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Passivo, conforme o balanço patrimonial, Debêntures, empréstimo e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Recursos em banco e em caixa, Recursos em aplicações financeiras, etc.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atreladas à taxa DI, remuneradas a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata. Conta correte restrita: Contas correntes de titularidade das controladas indiretas da Companhia Chapada II, Chapada III e ASA Branca, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receber os recursos, com o objetivo de realizar o pagamento dos serviços da dívida decorrentes dos instrumentos de financiamento. O saldo dessas contas em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 13.172 (R\$ 2.965 em 31 de dezembro de 2024). 6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: As aplicações financeiras vinculadas são exigidas pelos contratos de financiamento, pela escritura das debêntures são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES: Contas correntes de titularidade das Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. (ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, constituída em benefício do Agente Fiduciário, para as quais são transferidos da conta centralizadora, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e juros da dívida decorrentes do referido contrato. (iii) Conta de Pagamento das Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o valor correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura a ser preenchida mensalmente, com o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de principal e juros. fiduciário. (iv) Conta Reserva de O&M: Contas correntes de titularidade da Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a ¼ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciarem-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a ¼ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. (v) Conta Reserva de Complementação do ICSD – Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Chapada I poderá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração. (vi) Conta Vinculada: Conta corrente de titularidade da Asa Branca Holding, não movimentável, constituída em benefício dos debenturistas, na qual deverá ser depositada a totalidade dos montantes equivalentes aos direitos e rendimentos das ações alienadas no âmbito das debêntures da 1ª emissão, além de servir de conta de complementação do ICSD. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (inclusive), a Asa Branca Holding poderá depositar na conta de vinculada, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando os recursos ora depositados na conta vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Por fim, a conta vinculada é a conta por meio da qual os pagamentos relativos aos juros remuneratórios e às amortizações das debêntures são realizados. (vii) Conta Centralizadora: Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento. Os montantes das contas supracitadas são aplicados em

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

Table with columns: Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Circulante, Não Circulante, etc.

7 Contas a receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo: Composição:

Table with columns: Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Contas a receber de clientes, (-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa, etc.

8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir. Composição:

Table with columns: Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Empresas, Gaúchos Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas, etc.

Natureza – custos e despesas compartilhados: Invenery Serviços Brasil Ltda. Natureza – outras a receber: Invenery Serviços Brasil Ltda. Natureza – fornecedores: Infraestrutura Brasil Holding I S.A., Infraestrutura Brasil Holding IV S.A., Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. Natureza – outras contas a pagar: Total

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantém contratos de compartilhamento de custos com partes relacionadas, a saber: (i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas: As subsidiárias das controladas indiretas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas. (ii) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Asa Branca: As subsidiárias das controladas indiretas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto compartilhar entre as empresas os custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. (iii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo – SP: A controlada da Companhia Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. (iv) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal – RN: Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controlada Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal – RN, com suas subsidiárias. O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. Fornecedores: O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controlada da Companhia Chapada Branca. Outras contas a receber: O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Patria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.432. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu despesas no valor de R\$ 304 referentes ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), destinado à alta administração. Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas. 9 Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Circulante, Não Circulante, etc.

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. 10 Estoques: Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 12.805 (R\$ 12.390 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. 11 Tributos diferidos: Política contábil: Os tributos

diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas do Grupo, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadriênicos dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia. Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. Composição:

Table with columns: Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento, Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses, etc.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 3.519. 12 Investimentos: Política contábil: Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de intervir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente. Composição: A composição apresentada abaixo refere-se aos 100% da controlada Chapada Branca. A participação da companhia (90%) é detalhada no quadro de movimentação.

Table with columns: Chapada Branca, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Saldo em 01 de janeiro, Prejuízo do exercício, Aquisição de investimento, etc.

Table with columns: Chapada Branca, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Participação acionária, Saldo em 01 de janeiro, Equivalência patrimonial, etc.

Resumo das informações financeiras das controladas: Chapada Branca, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, etc.

Transações com não controladores: A controlada da Companhia, Chapada Branca, possui acionistas minoritários com participação de 10%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os acionistas minoritários efetuarão integralização de capital no montante de R\$ 1.000 (R\$ 27.900 e em 31 de dezembro de 2024). O prejuízo atribuído a esses acionistas foi de R\$ 8.145 (R\$ 2.556 e em 31 de dezembro de 2024). 13 Imobilização: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18 (c)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A regulamentação da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos e (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização. Teste de redução ao valor recuperável: O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada de indicadores de desvalorização (impairment), fundamentada em fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36. Para fins de teste de recuperabilidade, a Administração definiu que os ativos do Grupo são agrupados em duas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs): o Complexo Chapadas – composto pelas SPEs Chapada I, Chapada II e Chapada III e o Complexo Asa Branca composto pelas SPEs de Asa Branca. Essa classificação fundamenta-se na localização geográfica comum, nas sinergias operacionais e na centralização das decisões estratégicas de cada complexo, os quais são geridos e monitorados como unidades de negócio independentes, refletindo a mútua interdependência operacional e financeira das respectivas SPEs que os integram. Foram identificados indicativos de impairment no complexo de Asa Branca, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de curtailment que afetam o complexo e não estão sob controle da administração. O curtailment é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados. O curtailment é um evento que atinge grande parte das usinas solares e eólicas da região nordeste e que está na pauta dos principais órgãos do setor elétrico para discussão de medidas e soluções que possam diminuir os impactos aos agentes do setor, sendo esse tema acompanhado de perto pela administração do Grupo para a tomada de ações necessárias para reduzir os impactos nos ativos. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingirem esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do Complexo Asa Branca foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 21 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025. No que tange à expectativa de faturamento, a geração de energia baseia-se predominantemente em contratos regulados, PPA's (Power Purchase Agreement), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do Complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por curtailment, nesse sentido, foi utilizado com base o estudo da PSR, que é uma consultoria de referência no setor de energia, esse estudo levou em consideração fatores como a demanda futura projetada de energia, entrada de novos projetos, expansão de linhas de transmissão em andamento e outras variáveis importantes para a projeção dos valores. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por curtailment quanto o consumo interno das instalações. Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 13,44% e converge para 12,70% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo. Adicionalmente, a administração avaliou os impactos da Lei nº 15.269/2025, que dispõe sobre a compensação parcial aos geradores por perdas decorrentes de curtailment. Embora essa legislação represente um potencial benefício futuro, a ausência de regulamentação específica, critérios de elegibilidade claros e uma metodologia de cálculo definida impediu sua inclusão nas projeções atuais. O Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Asa Branca não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas. Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por impairment no exercício.

Consolidado				
Imobilizado em andamento	Terrenos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização
Em 01 de janeiro de 2024				
Adições por aquisição de investimento (i)	1.949	449	1.902.903	24.177
Adição	51.306	-	63.078	-
Depreciação	-	-	(55.918)	(599)
Baixa imobilizado	-	-	(26.999)	(2.511)
Baixa depreciação	-	-	8.480	-
Transferência	(13.077)	-	13.077	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.178	449	1.904.621	23.578
Custo	40.178	449	2.864.947	37.282
Depreciação acumulada	-	-	(960.326)	(13.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.178	449	1.904.621	23.578
Adição	23.906	-	62.455	1.450
Depreciação	-	-	(130.880)	(1.199)
Baixa imobilizado	-	-	(74.165)	-
Baixa depreciação	-	-	27.151	-
Transferência	(54.652)	-	76.566	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.432	449	1.865.748	22.379
Custo	9.432	449	2.929.803	37.282
Depreciação acumulada	-	-	(1.064.055)	(14.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.432	449	1.865.748	22.379
Taxa média anual de depreciação	-	-	2%	2%

(i) Em 30 de junho de 2024 a controlada direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. (ii) Valor transferido de intangível para imobilizado. (a) **Aquisições:** As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura. (b) **Bens em garantia:** Conforme contrato de financiamentos junto ao BNDES, o Grupo dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros. **14 Intangível: Política contábil. Direito de uso de serviço:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como serviços de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos. **Direito de autorização:** Os direitos de autorização registrados referem-se a ativos intangíveis identificados durante a aquisição de controladas indiretas. Esses ativos possuem vida útil definida, conforme os prazos estabelecidos nas respectivas outorgas, e são amortizados com base nesses prazos. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamentos incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado		
									31/12/25	31/12/24	
Infraestrutura Brasil Holding XX	1ª emissão Notas Comerciais	150.000	26/06/2024	CDI + 3,30% a.a.	Bullet	Bullet	26/06/2026	(i) Alienação Fiduciária de Ações da IBH XX; (ii) Cessão Fiduciária de Boletins de Subscrição; (iii) Contas vinculadas.	189.970	160.875	
Asa Branca	1ª emissão Debêntures	315.000	15/06/2021	IPCA + 6,25% a.a.	Semestral	Semestral	15/06/2033	(i) Alienação Fiduciária de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos das SPEs e da Emissora; (iii) Fiança Corporativa das SPEs.	276.327	291.751	
Chapada I	1ª emissão Debêntures	70.630	15/08/2015	IPCA + 9,223% a.a.	Semestral	Semestral	15/03/2029	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de recebíveis e dividendos das SPEs e da Emissora; (iv) Conta de Pagamento das Debêntures, com preenchimento de 1/6 (um sexto) da próxima parcela, mensalmente aportados; (v) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 1 (uma) parcela futura; (vi) Conta Reserva de O&M de 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vii) Fiança Bancária, até Completion, de 25% do saldo devedor.	87.082	102.048	
Chapada I	BNDES / Nº 14.2.1269.1 – Subcréditos A, B e C	Subcrédito A: 108.433 Subcrédito B: 365.464 Subcrédito C: 77.248 Total: 551.145	15/07/2015	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/04/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Bancária, até Completion, de 25% do saldo devedor.	351.802	383.265	
Chapada I	BNDES / Nº 14.2.1269.1 – Subcrédito D	3.461	15/07/2015	TJLP	Mensal	Mensal	15/04/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Bancária, até Completion, de 25% do saldo devedor.	2.086	2.292	
Chapada II	BNDES / Nº 15.2.0428.1 – Subcréditos A e B	Subcrédito A: 440.102 Subcrédito B: 130.978 Total: 571.080	15/06/2032	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Bancária, até Completion, de 40% do saldo devedor.	260.971	293.580	
Chapada II	BNDES / Nº 15.2.0428.1 – Subcrédito C	3.500	15/06/2032	TJLP	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Bancária, até Completion, de 40% do saldo devedor.	1.886	2.122	
Ventos de Santo Augusto III	BNDES / Nº 15.2.0607.1 – Subcréditos A1 e A2	Subcrédito A1: 23.888 Subcrédito A2: 60.525 Total: 84.413	15/03/2016	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	41.949	47.191	
Ventos de Santo Augusto III	BNDES / Nº 15.2.0607.1 – Subcrédito A3	1.072	15/03/2016	TJLP	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	590	664	
Ventos de Santo Augusto V	BNDES / Nº 15.2.0607.1 – Subcréditos B1 e B2	Subcrédito B1: 23.888 Subcrédito B2: 60.525 Total: 84.413	15/03/2016	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (vi) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	41.949	47.191	
									(-)	(9.702)	(13.374)
									1.244.910	1.317.605	

Movimentação:

	Controladora			Consolidado			Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Empréstimo e financiamentos	(-) Custo de captação	Total Debêntures	Empréstimo e financiamentos	(-) Custo de captação	Total		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	2028	-	-	-	-
Adições por aquisição de investimento (i)	-	-	409.593	816.663	(13.402)	1.212.854	2029	-	-	102.738	99.346
Ingresso	150.000	(2.018)	147.982	150.000	(2.018)	147.982	2030 a 2033	-	-	89.461	86.625
Provisão de juros	10.875	-	10.875	14.368	-	56.863	-	-	-	276.360	267.064
Atualização monetária	-	-	-	6.344	-	6.557	-	-	-	-	-
Amortização de custos de emissão de dívida	-	486	486	-	-	2.046	-	-	-	-	-
Liquidação do principal	-	-	-	(24.228)	(44.831)	(69.059)	-	-	-	-	-
Liquidação dos encargos	-	-	-	(14.405)	(31.577)	(45.982)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	160.875	(1.532)	159.343	391.672	939.307	(13.374)	-	189.970	160.875	1.254.612	1.330.979
Provisão de juros	29.095	-	29.095	26.433	87.518	113.951	-	-	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-	16.505	18.430	34.935	-	-	-	-	-
Amortização de custos de emissão de dívida	-	928	928	-	-	3.672	-	-	-	-	-
Liquidação do principal	-	-	-	(46.607)	(93.323)	(139.930)	-	-	-	-	-
Liquidação dos encargos	-	-	-	(26.723)	(58.600)	(85.323)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	189.970	(604)	189.366	361.280	893.332	(9.702)	-	189.970	160.875	1.244.910	1.317.605

(i) Em 30 de junho de 2024 a controlada direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. **Composição por ano de vencimento:**

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
2025	-	-	-	568.491
2026	189.970	160.875	686.131	212.805
2027	-	-	99.922	96.648

Intangível em andamento | **Direito da autorização** | **Direito de uso de serviço** | **Software** | **Consolidado Total**

Em 01 de janeiro de 2024

Adições por aquisição de investimento (i)

Adições

Amortização

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Custo

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Adição

Amortização

Transferência

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Custo

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Taxa média anual de amortização

(i) Em 30 de junho de 2024 a controlada direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. (ii) Valor transferido de intangível para imobilizado. **15 Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Material e serviços	-	24	5.388	36.200
Aquisições de ativos imobilizados	-	-	7.642	2.743
Compra de energia (i)	-	-	6	-
Custo de transmissão	-	-	2.344	2.707
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	212	188
	-	24	15.592	41.838

(i) A compra de energia está relacionada a necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; e para a recomposição do lastro da média móvel de 12 meses. **16 Debêntures, empréstimo e financiamentos: Política contábil:** As debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). As debêntures emitidas pelo Grupo não são conversíveis em ações. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures, empréstimo e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures, empréstimo e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Debêntures	189.970	-	87.812	129.733
Empréstimo e financiamentos	-	-	598.319	438.758
(-) Custo de Captação	(604)	-	(2.100)	(1.626)
	189.366	-	684.031	566.865

Circulante

Debêntures

Empréstimo e financiamentos

(-) Custo de Captação

Não circulante

Debêntures

Empréstimo e financiamentos

(-) Custo de Captação

Total

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas Chapada I, Chapada II e Chapada III não atenderam ao índice mínimo de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") previsto contratualmente. Embora o BNDES tenha emitido carta de abstenção quanto à declaração de vencimento antecipado, tal manifestação encontra-se condicionada, exclusivamente para a Chapada I, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, evento que não está sob o controle da Companhia. Diante dessa condição, não é possível assegurar que tais obrigações não venham a ser exigidas nos próximos 12 meses, razão pela qual o saldo devedor do financiamento do BNDES da Chapada I foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante. Os financiamentos das demais controladas permaneceram classificados conforme seus respectivos programas de vencimento. De forma semelhante, em 31 de dezembro de 2024, as controladas Chapada I, Chapada II e Chapada III também não atenderam ao ICSD mínimo contratual. Para esse exercício, foi solicitado e obtido junto ao BNDES waiver prévio ao descumprimento dessa obrigação, aprovado em 30 de dezembro de 2024, igualmente condicionado, no caso da Chapada I, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, condição que não está sob o controle da Companhia. Em função disso, o saldo devedor do financiamento do BNDES da Chapada I foi igualmente reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2024. O detalhamento dessas condições encontra-se apresentado abaixo nas condições restritivas financeiras ("covenants").

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.																																																																																																																																																																																																																																																																													
Movimentação:					Movimentação:																																																																																																																																																																																																																																																																								
Consolidado					Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo circulante		Passivo não circulante			31/12/25		31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																						
Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldos em 01 de janeiro de 2024																																																																																																																																																																																																																																																																													
Adições por aquisição de investimento (i)	175.080	245.864	420.944	117.863	117.863																																																																																																																																																																																																																																																																								
Provisão	15.621	9.683	25.304	33.326	33.326																																																																																																																																																																																																																																																																								
Pagamento	-	(19.777)	(19.777)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Atualização financeira	-	6.778	6.778	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Transferência	(62.856)	108.806	45.950	(45.950)	(45.950)																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.845	351.354	479.199	105.239	105.239																																																																																																																																																																																																																																																																								
Provisão	143.156	-	143.156	34.602	34.602																																																																																																																																																																																																																																																																								
Pagamento	-	(31.772)	(31.772)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Atualização financeira	-	16.788	16.788	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Transferência	(103.562)	130.336	26.774	(26.774)	(26.774)																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2025	167.439	466.706	634.145	113.067	113.067																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>(i) Em 30 de junho de 2024 a controlada direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. (b) Provisão para desmobilização de ativos: A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecológica e compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas indiretas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou temporalidades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas indiretas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas indiretas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional - Série B ("NTNB") mais PCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% em 2024) para Chapadas e 10,67% ao ano em 2025 (11,30% em 2024) para Asa Branca ao ano. Composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>26.029</td> <td>22.076</td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>26.029</td> <td>22.076</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>26.029</td> <td>22.076</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Trabalhistas	26.029	22.076	Cíveis	26.029	22.076	Total	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																					
	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																												
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Trabalhistas	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																											
Cíveis	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue: O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="7">13/12/2025</th> <th colspan="2">Consolidado 31/12/24</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Trabalhistas</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> <th>Ambientais</th> <th>Trabalhistas</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Asa Branca IV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>521</td> <td>521</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>438</td> <td>438</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca V</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>93</td> <td>93</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>61</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>140</td> <td>140</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>92</td> <td>92</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>233</td> <td>233</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>153</td> <td>153</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>233</td> <td>233</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>153</td> <td>153</td> </tr> <tr> <td>Chapada Branca Holding</td> <td>155</td> <td>-</td> <td>155</td> <td>155</td> <td>69</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>69</td> <td>69</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana I</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>25</td> <td>25</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>19</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana II</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>37</td> <td>37</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>28</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana III</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>26</td> <td>26</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23</td> <td>28</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IV</td> <td>8</td> <td>87</td> <td>4</td> <td>99</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6</td> <td>4</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana V</td> <td>2</td> <td>21</td> <td>4</td> <td>27</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>30</td> <td>30</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>112</td> <td>112</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>76</td> <td>76</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>112</td> <td>112</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>76</td> <td>76</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>689</td> <td>65</td> <td>754</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>622</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>47</td> <td>47</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>33</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVI</td> <td>7</td> <td>86</td> <td>5</td> <td>98</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>32</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>24</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>172</td> <td>911</td> <td>1.744</td> <td>2.827</td> <td>5</td> <td>69</td> <td>652</td> <td>1.284</td> <td>2.010</td> </tr> </tbody> </table>											13/12/2025							Consolidado 31/12/24			Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Asa Branca IV	-	-	521	521	-	-	-	438	438	Asa Branca V	-	-	93	93	-	-	-	61	61	Asa Branca VI	-	-	140	140	-	-	-	92	92	Asa Branca VII	-	-	233	233	-	-	-	153	153	Asa Branca VIII	-	-	233	233	-	-	-	153	153	Chapada Branca Holding	155	-	155	155	69	-	-	69	69	Ventos de Santa Joana I	-	-	25	25	-	-	-	19	19	Ventos de Santa Joana II	-	-	37	37	-	-	-	28	28	Ventos de Santa Joana III	-	-	26	26	-	-	23	28	51	Ventos de Santa Joana IV	8	87	4	99	-	-	6	4	10	Ventos de Santa Joana V	2	21	4	27	-	-	-	4	4	Ventos de Santa Joana VI	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana VII	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana VIII	-	-	30	30	-	-	-	21	21	Ventos de Santa Joana IX	-	-	112	112	-	-	-	76	76	Ventos de Santa Joana X	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana XI	-	-	112	112	-	-	-	76	76	Ventos de Santa Joana XII	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana XIII	-	-	689	65	754	5	-	622	46	Ventos de Santa Joana XIV	-	-	47	47	-	-	-	33	33	Ventos de Santa Joana XV	-	-	5	5	-	-	-	4	4	Ventos de Santa Joana XVI	7	86	5	98	-	-	1	4	5	Ventos de Santa Joana XVII	-	-	2	32	-	-	-	24	24	Total	172	911	1.744	2.827	5	69	652	1.284	2.010
	13/12/2025							Consolidado 31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca IV	-	-	521	521	-	-	-	438	438																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca V	-	-	93	93	-	-	-	61	61																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VI	-	-	140	140	-	-	-	92	92																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VII	-	-	233	233	-	-	-	153	153																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VIII	-	-	233	233	-	-	-	153	153																																																																																																																																																																																																																																																																				
Chapada Branca Holding	155	-	155	155	69	-	-	69	69																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana I	-	-	25	25	-	-	-	19	19																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana II	-	-	37	37	-	-	-	28	28																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana III	-	-	26	26	-	-	23	28	51																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IV	8	87	4	99	-	-	6	4	10																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana V	2	21	4	27	-	-	-	4	4																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VI	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VII	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VIII	-	-	30	30	-	-	-	21	21																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IX	-	-	112	112	-	-	-	76	76																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana X	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XI	-	-	112	112	-	-	-	76	76																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XII	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIII	-	-	689	65	754	5	-	622	46																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIV	-	-	47	47	-	-	-	33	33																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XV	-	-	5	5	-	-	-	4	4																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVI	7	86	5	98	-	-	1	4	5																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVII	-	-	2	32	-	-	-	24	24																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total	172	911	1.744	2.827	5	69	652	1.284	2.010																																																																																																																																																																																																																																																																				
<p>(iii) Composição causas possíveis:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="7">31/12/25</th> <th colspan="2">Consolidado 31/12/24</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> <th>Regulatório</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Asa Branca IV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca V</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>10</td> <td>-</td> <td>230</td> <td>240</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VIII</td> <td>10</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>189</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>919</td> <td>919</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.089</td> <td>6.089</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIV</td> <td>-</td> <td>1.350</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>1.529</td> <td>11</td> <td>1.290</td> <td>95</td> <td>1.396</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>836</td> <td>836</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.356</td> <td>32</td> <td>4.388</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>32</td> <td>4.293</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.273</td> <td>32</td> <td>4.305</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>9</td> <td>4.347</td> <td>32</td> <td>4.388</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.345</td> <td>32</td> <td>4.377</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>2.074</td> <td>4.263</td> <td>32</td> <td>6.369</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>-</td> <td>4.261</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>-</td> <td>4.261</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>10</td> <td>1.630</td> <td>3.570</td> <td>1.822</td> <td>7.033</td> <td>2.104</td> <td>35.657</td> <td>9.281</td> <td>47.042</td> </tr> </tbody> </table>											31/12/25							Consolidado 31/12/24			Ambientais	Cíveis	Regulatório	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total	Asa Branca IV	-	-	179	-	179	-	-	230	230	Asa Branca V	-	-	179	-	179	-	-	230	230	Asa Branca VI	-	-	179	-	179	-	-	230	230	Asa Branca VII	-	-	179	-	179	10	-	230	240	Asa Branca VIII	10	-	179	-	189	-	-	230	230	Ventos de Santa Joana IX	-	-	179	364	543	-	-	919	919	Ventos de Santa Joana X	-	-	179	364	543	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XI	-	-	179	364	543	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XII	-	-	179	-	179	-	-	6.089	6.089	Ventos de Santa Joana XIII	-	-	179	-	179	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XIV	-	1.350	179	-	1.529	11	1.290	95	1.396	Ventos de Santa Joana XV	-	-	179	364	543	-	-	836	836	Ventos de Santa Joana XVI	-	-	179	-	179	-	4.356	32	4.388	Ventos de Santa Joana XVII	-	-	179	364	543	-	4.261	32	4.293	Ventos de Santa Joana XVIII	-	-	179	-	179	-	4.273	32	4.305	Ventos de Santa Joana XIX	-	-	179	-	179	9	4.347	32	4.388	Ventos de Santa Joana XX	-	-	179	-	179	-	4.345	32	4.377	Ventos de Santa Joana XXI	-	-	179	-	179	2.074	4.263	32	6.369	Ventos de Santa Joana XXII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261	Ventos de Santa Joana XXIII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261	Total	10	1.630	3.570	1.822	7.033	2.104	35.657	9.281	47.042																														
	31/12/25							Consolidado 31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																					
	Ambientais	Cíveis	Regulatório	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca IV	-	-	179	-	179	-	-	230	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca V	-	-	179	-	179	-	-	230	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VI	-	-	179	-	179	-	-	230	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VII	-	-	179	-	179	10	-	230	240																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VIII	10	-	179	-	189	-	-	230	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IX	-	-	179	364	543	-	-	919	919																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana X	-	-	179	364	543	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XI	-	-	179	364	543	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XII	-	-	179	-	179	-	-	6.089	6.089																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIII	-	-	179	-	179	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIV	-	1.350	179	-	1.529	11	1.290	95	1.396																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XV	-	-	179	364	543	-	-	836	836																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVI	-	-	179	-	179	-	4.356	32	4.388																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVII	-	-	179	364	543	-	4.261	32	4.293																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVIII	-	-	179	-	179	-	4.273	32	4.305																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIX	-	-	179	-	179	9	4.347	32	4.388																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XX	-	-	179	-	179	-	4.345	32	4.377																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXI	-	-	179	-	179	2.074	4.263	32	6.369																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXIII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total	10	1.630	3.570	1.822	7.033	2.104	35.657	9.281	47.042																																																																																																																																																																																																																																																																				
<p>19 Liminar excluyente de responsabilidade: Política contábil: Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizado em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excluyentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente - ICMBio; queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. As contas a pagar foram calculadas com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. As contas a pagar estão reconhecidas no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPm - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Liminar excluyente de responsabilidade</td> <td>35.363</td> <td>34.434</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>35.363</td> <td>34.434</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Liminar excluyente de responsabilidade	35.363	34.434	Total	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																								
	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																												
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Liminar excluyente de responsabilidade	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Circulante</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)</td> <td>11.035</td> <td>5.998</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar a antigos acionistas</td> <td>8.797</td> <td>8.796</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>19.832</td> <td>14.794</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	11.035	5.998	Contas a pagar a antigos acionistas	8.797	8.796	Total	19.832	14.794																																																																																																																																																																																																																																																					
	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																												
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	11.035	5.998																																																																																																																																																																																																																																																																											
Contas a pagar a antigos acionistas	8.797	8.796																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	19.832	14.794																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Não circulante</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aquisição de participação acionária Chapada I e II (ii)</td> <td>65.390</td> <td>71.465</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>65.390</td> <td>71.465</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	Aquisição de participação acionária Chapada I e II (ii)	65.390	71.465	Total	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																								
	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																												
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição de participação acionária Chapada I e II (ii)	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Total</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse</td> <td>32.705</td> <td>32.705</td> </tr> <tr> <td>Atualização financeira</td> <td>1.729</td> <td>1.729</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2024</td> <td>34.434</td> <td>34.434</td> </tr> <tr> <td>Atualização financeira</td> <td>929</td> <td>929</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2025</td> <td>35.363</td> <td>35.363</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado			31/12/25	31/12/24	(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse	32.705	32.705	Atualização financeira	1.729	1.729	Saldos em 31 de dezembro de 2024	34.434	34.434	Atualização financeira	929	929	Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.363	35.363																																																																																																																																																																																																																																															
	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																												
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse	32.705	32.705																																																																																																																																																																																																																																																																											
Atualização financeira	1.729	1.729																																																																																																																																																																																																																																																																											
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34.434	34.434																																																																																																																																																																																																																																																																											
Atualização financeira	929	929																																																																																																																																																																																																																																																																											
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.363	35.363																																																																																																																																																																																																																																																																											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.									
		Passivo não circulante		Passivo não circulante		Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante		31/12/25		31/12/24	
		Aquisição de participação antiga acionária		Aquisição de participação antiga acionária					
		Contas a pagar a acionistas Chapada		Contas a pagar a acionistas Chapada					
		Total		Total					
acordo estabeleceu pagamentos futuros vinculados ao montante equivalente a 3,57% do faturamento líquido de cada um dos complexos, conforme critérios e condições contratuais definidos no instrumento original (e eventuais aditivos), os quais serão liquidados até o prazo final da vigência dos contratos de PPA, sendo agosto de 2035 para Chapada I e dezembro de 2035 para Chapada II. Movimentação:									
Saldos em 01 de janeiro de 2024									
Adições por aquisição de investimento (i)									
Provisão									
Pagamento									
Atualização ao valor presente									
Transferência									
Saldos em 31 de dezembro de 2024									
Pagamento									
Atualização ao valor presente									
Transferência									
Saldos em 31 de dezembro de 2025									
(i) Em 30 de junho de 2024 a controladora direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. 21 Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 1.113.300 (R\$ 1.113.300 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.113.300.400 ações (1.113.000.400 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R\$ 642.286 (R\$ 611.042 em 31 de dezembro de 2024), correspondentes a 642.286.114 ações (611.041.749 em 31 de dezembro de 2024), encontram-se totalmente subscritos e integralizados. O saldo remanescente, de R\$ 527.714, correspondente a 527.714.286 ações, permanece a integralizar. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2024, o capital social será aportado em até sete anos, contados a partir da data da referida Assembleia. O Grupo não possui ações autorizadas. Abaixo segue a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:									
Controladora e Consolidado									
31 de dezembro de 2025									
Quantidade Capital social									
de ações integralizado									
Acionistas %									
Infraestrutura Brasil Holding 35 S.A.									
642.286.114 620.042 611.041.749 611.042									
No decorrer do exercício de 2025, foram realizadas as seguintes integrações de capital:									
Data Valor									
05/05/2025 3.000									
23/07/2025 3.000									
25/11/2025 9.000									
22 Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
MWh Valor MWh Valor									
Receita com contrato de energia (CCEAR e CER)									
(-) Provisão de ressarcimento									
Receita bruta mercado regulado									
Venda de energia no mercado bilateral									
Venda de energia partes relacionadas									
Compensação CCEE									
Receita bruta mercado livre									
Total receita bruta									
(-) Impostos sobre vendas									
(-) TFSEE									
23 Custo do serviço de energia elétrica:									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
Energia elétrica comprada para revenda (i)									
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão									
Custo de operação (a)									
(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (i) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (ii) reposição do lastro da média móvel de 12 meses. (a) Custo de operação:									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
Pessoal									
Operação e Manutenções (i)									
Materiais, serviços de terceiros e outros (ii)									
Gestão ambiental (iii)									
Aluguel (iii)									
Seguro (iv)									
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS									
Aos Administradores e Acionistas da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Teste de Redução ao Valor recuperável: Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração e									
Taxas de Licenças, permissões e associações (ii)									
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)									
Despesas Tributárias (ii)									
Viagens (iii)									
Amortizações - direito de uso									
Depreciações e amortizações									
Outras despesas (iii)									
(i) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Operações e manutenções e Materiais, serviços de terceiros e outros ficou apresentado invertido. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações, Água, luz, esgoto e telecomunicação, Despesas tributárias e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Materiais, serviços de terceiros e outros. (iii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagem e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operações e Manutenções. (iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguros eram contabilizados como despesas. 24 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas), líquidos:									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
Serviços de terceiros									
Materiais, manutenção e Veículos									
Aluguéis									
Seguros									
Água, luz, esgoto e telecomunicação									
Viagens									
Despesas tributárias									
Pessoal									
Outras receitas (despesas) operacionais									
Amortizações - direito de uso									
Depreciações e amortizações									
Provisão contingências									
Taxas de licenças, permissões e associações									
Perda na baixa do imobilizado (i)									
Outros ganhos (i)									
(i) A soma destas duas rubricas corresponde à rubrica outros ganhos e (perdas) líquidos do DRE. As baixas de imobilizado referem-se a campanha de manutenção do Grupo, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores. 25 Resultado financeiro: Política contábil: As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério <i>pro rata temporis</i> , utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras. As despesas financeiras relativas a debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidas com base nas taxas de juros contratuais, observando-se o regime de competência. Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24 31/12/25 31/12/24									
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social									
Alíquota vigente									
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros									
Despesas permanentes não dedutíveis									
Prejuízos fiscais									
Resultado de equivalência patrimonial									
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido									
Encargo fiscal									
Corrente									
Diferido									
Despesa de IRPJ e CSLL									
Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 42.643 e no Consolidado R\$ 803.557 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ 12.511 na Controladora e de R\$ 737.388 no Consolidado, o qual também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora e no consolidado R\$ 195 e em 31 de dezembro de 2024, a Controladora não possuía saldo e de R\$ 25.485 no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. 27 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia									
Quantidade média ponderada de ação									
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$									
28 Compromissos:									
Consolidado									
Entre 2 e 5 Acima de 5									
Até 1 ano anos anos Total									
Arrendamento (i)									
Contrato de manutenção (ii)									
Contrato de transmissão (iii)									
(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos. (ii) Contrato de manutenção: Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. (iii) Contrato de transmissão: São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. 29 Atividade de investimento não envolvendo caixa: A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 03 (R2), à exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.									
Consolidado									
31/12/25 31/12/24									
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo									
Em atividades de investimentos									
30 Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil. 31 Eventos subsequentes: Em 30 de março de 2026, posterior à data-base do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, a controlada indireta Chapada I recebeu <i>waiver</i> do BNDES referente ao descumprimento de ICSD mínimo de 2024 e 2025. Como consequência direta dessa autorização, o saldo da referida dívida - previamente reclassificado para passivo circulante em 31/12/25 - foi transferido para passivo não circulante ainda em março de 2026. Essa movimentação reflete a exigibilidade da dívida conforme seu cronograma contratual.									
Francisco Moya Reina - Diretor Presidente									
Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores									
Rodrigo Cesar de Moraes - Controller									
Cristiano Soares Pavane - Contador - CRC 1SP271178/O-8									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos estes assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que os assuntos não devem ser comunicados em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**
✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

CNPJ nº 44.507.288/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XVII") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBH XVII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A.

Galheiros Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH XVII trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com

larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	5	518	27.210	130.053	19	48	90	8.815
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	23	20	7.475	284.263	96.506
Contas a receber	7	-	-	36.462	8	-	58	131
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	31.477	-	9	-	19.524	-
IRPJ e CSLL a recuperar	10	895	-	2.980	22	-	3.986	-
Tributos a recuperar	11	566	977	4.103	21	10	12	5.345
Despesas antecipadas	12	-	-	675	23	-	47.703	43.643
Estoque	13	-	-	714	-	-	7	969
Outras contas a receber	14	-	-	1.194	-	-	-	-
Total do ativo circulante		1.979	59.664	176.204	7.533	284.423	182.017	493.332
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
IRPJ e CSLL a recuperar	10	-	-	1.477	20	198.526	-	841.621
Despesas antecipadas	12	-	-	1.483	24	-	-	10.305
Ativo financeiro indenizável	15	-	-	23.550	22	-	-	1.697
Outras contas a receber	14	-	-	10.305	-	-	-	874
Investimentos	16	375.472	439.146	-	-	-	-	-
Imobilizado	17	-	-	634.427	20	198.526	-	841.621
Intangível	18	-	-	414.073	24	-	-	10.305
Total do ativo não circulante		375.472	439.146	1.085.315	198.526	-	854.497	480.115
Total do ativo		377.451	498.810	1.261.519	377.451	498.810	1.261.519	1.261.519

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	342.564	(66.225)	276.339	68.754	345.093
Lucro líquido do exercício	-	(10.288)	(10.288)	55.494	45.206
Cisão parcial	(51.664)	-	(51.664)	-	(51.664)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(31.588)	(31.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	290.900	(76.513)	214.387	92.660	307.047
(Prejuízo) lucro do exercício	25	(18.495)	(18.495)	46.423	27.928
Redução de capital	(24.500)	-	(24.500)	(19.873)	(44.373)
Absorção de prejuízos acumulados pelo capital social	(76.513)	76.513	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(48.077)	(48.077)
Antecipação de dividendos	-	-	-	(17.520)	(17.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	189.887	(18.495)	171.392	53.613	225.005

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações Gerais: **1.1 Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia" ou "IBH XVII") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2021, com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. ("IBH XVI") e controlador final a Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria" ou "FIP IV"). **1.2 Relação de entidades controladas:** A Companhia detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). Essa participação resultou da operação de compra de ações concluída em 30 de junho de 2022, na qual a Companhia, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("IBH XIX") – empresa controlada indiretamente pela Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER") – adquiriu o controle da Essentia PCHs. A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. Todas essas empresas são autorizadas pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica. A participação indireta da Companhia nessas empresas é de 51% para Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A. e Bahia PCH I S.A. Já na Rio PCH I S.A., a participação indireta da Companhia é de 35,7%, conforme detalhado na tabela abaixo.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Essentia PCHs S.A.	51%	51%	Holding	Direto
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Rio PCH I S.A.	35,7%	35,7%	PCH – Hidrelétrica	Indireto (i)
Bahia PCH I S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto

(i) A participação de 35,7% na Rio PCH I S.A. corresponde à participação econômica indireta da Companhia. O controle é exercido de forma indireta por meio da Essentia PCHs S.A., que detém 70% da Controlada. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025: **Controlada direta: Essentia PCHs S.A.:** A Essentia PCHs com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. **Controladas indiretas: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. ("Galheiros"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELGO), na subestação laziara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passou a ser até 09 de novembro de 2042. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passa a ser até 07 de novembro de 2049. **Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. ("Santa Cruz"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011, autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos I, com 24,7 MW de potência instalada, localizada no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continua

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas		Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão																																																																											
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos																																																																												
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.																																																																												
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.																																																																												
<p>(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas à taxa variável expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juro variável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciando e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.</p>																																																																															
<p>Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são: (i) Houve alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora. (ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração. Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima garantia física são: (iii) Para a SPE Afluente G, a redução da garantia física ocorreu posteriormente à celebração dos contratos de venda de energia (PPAs), resultando em descasamento entre a energia contratada e a energia assegurada vigente. (iv) Para a SPE Santa Cruz, a Companhia possui decisão liminar vigente que assegura a manutenção da garantia física em patamar anterior às revisões regulatórias, conforme nota explicativa nº 23. Adicionalmente, os descasamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos. 1.4 Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 5.554 na Controladora (R\$ 224.759 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido positivo de R\$ 5.813 no Consolidado (R\$ 336.108 negativo em 31 de dezembro de 2024) e decorrem substancialmente do passivo circulante de debêntures.</p>		<p>Revisadas e vigentes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Novas normas ou alterações</th> <th>Vigência</th> <th>Principais pontos novos/alterados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2025</td> <td>Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante</td> </tr> </tbody> </table>		Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados	CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	<p>Revisadas e não vigentes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma / Pronunciamento</th> <th>Vigência</th> <th>Principais pontos novos/alterados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2026</td> <td>Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.</td> </tr> <tr> <td>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2027</td> <td>Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.</td> </tr> </tbody> </table>		Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados	CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.	CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.																																																											
Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados																																																																													
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante																																																																													
Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados																																																																													
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.																																																																													
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.																																																																													
<p>A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. 2.4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. 2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e a de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. (b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. 2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos: A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 15 – Ativo Financeiro: Valores residuais de ativos vinculados à concessão, indenizáveis ao término do contrato, reconhecidos como ativo financeiro e mensurados com base na expectativa de recuperação futura, incluindo atualização financeira. • Nota explicativa 17 – Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; • Nota explicativa 17 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração: A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; • Nota explicativa 18 – Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; • Nota explicativa 23 – Provisão liminar garantia física: Reconhecimento de passivo financeiro relativo aos montantes apurados na liquidação do mercado de curto prazo, em decorrência da redução da garantia física da usina, acrescidos de atualização financeira. • Nota explicativa 24 – Provisão para processos judiciais: Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. 2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:</p>																																																																															
<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total do ativo circulante</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> <td>176.204</td> <td>157.224</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo circulante</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> <td>182.017</td> <td>493.332</td> </tr> <tr> <td>Capital circulante líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> <td>5.813</td> <td>(336.108)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Total do ativo circulante	1.979	59.664	176.204	157.224	Total do passivo circulante	7.533	284.423	182.017	493.332	Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)	<p>Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total do ativo circulante</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> <td>176.204</td> <td>157.224</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo circulante</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> <td>182.017</td> <td>493.332</td> </tr> <tr> <td>Capital circulante líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> <td>5.813</td> <td>(336.108)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Total do ativo circulante	1.979	59.664	176.204	157.224	Total do passivo circulante	7.533	284.423	182.017	493.332	Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																				
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																											
Total do ativo circulante	1.979	59.664	176.204	157.224																																																																											
Total do passivo circulante	7.533	284.423	182.017	493.332																																																																											
Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																																																											
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																											
Total do ativo circulante	1.979	59.664	176.204	157.224																																																																											
Total do passivo circulante	7.533	284.423	182.017	493.332																																																																											
Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																																																											
<p>Ativo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>12.03.2024</th> <th>Passivo e patrimônio líquido</th> <th>12.03.2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures privadas</td> <td></td> <td></td> <td>103.333</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>103.333</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td>Patrimônio líquido</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Investimentos</td> <td>154.997</td> <td>Capital social</td> <td>51.664</td> </tr> <tr> <td></td> <td>154.997</td> <td></td> <td>51.664</td> </tr> <tr> <td>Capital circulante líquido</td> <td>154.997</td> <td></td> <td>154.997</td> </tr> </tbody> </table>			12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024	Circulante				Debêntures privadas			103.333				103.333	Não circulante		Patrimônio líquido		Investimentos	154.997	Capital social	51.664		154.997		51.664	Capital circulante líquido	154.997		154.997	<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/24</th> <th>Reclassi- (Reclassi-)</th> <th>ficado)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>28 (24.899)</td> <td>24.597</td> <td>(302)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com participações societárias</td> <td>16 55.977</td> <td>(24.597)</td> <td>31.380</td> </tr> <tr> <td>Lucro operacional</td> <td>31.078</td> <td></td> <td>31.078</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>29 2.904</td> <td></td> <td>2.904</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>29 (44.270)</td> <td></td> <td>(44.270)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(41.366)</td> <td></td> <td>(41.366)</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>(10.288)</td> <td></td> <td>(10.288)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td>30</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>30</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(10.288)</td> <td></td> <td>(10.288)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/24	Reclassi- (Reclassi-)	ficado)	Despesas gerais e administrativas	28 (24.899)	24.597	(302)	Resultado com participações societárias	16 55.977	(24.597)	31.380	Lucro operacional	31.078		31.078	Receitas financeiras	29 2.904		2.904	Despesas financeiras	29 (44.270)		(44.270)	Resultado financeiro	(41.366)		(41.366)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.288)		(10.288)	Imposto de renda e contribuição social correntes	30			Imposto de renda e contribuição social diferidos	30			Prejuízo do exercício	(10.288)		(10.288)
	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024																																																																												
Circulante																																																																															
Debêntures privadas			103.333																																																																												
			103.333																																																																												
Não circulante		Patrimônio líquido																																																																													
Investimentos	154.997	Capital social	51.664																																																																												
	154.997		51.664																																																																												
Capital circulante líquido	154.997		154.997																																																																												
	31/12/24	Reclassi- (Reclassi-)	ficado)																																																																												
Despesas gerais e administrativas	28 (24.899)	24.597	(302)																																																																												
Resultado com participações societárias	16 55.977	(24.597)	31.380																																																																												
Lucro operacional	31.078		31.078																																																																												
Receitas financeiras	29 2.904		2.904																																																																												
Despesas financeiras	29 (44.270)		(44.270)																																																																												
Resultado financeiro	(41.366)		(41.366)																																																																												
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.288)		(10.288)																																																																												
Imposto de renda e contribuição social correntes	30																																																																														
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30																																																																														
Prejuízo do exercício	(10.288)		(10.288)																																																																												
<p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:</p> <p>2.1 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais</p>		<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> <td>176.204</td> <td>157.224</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> <td>182.017</td> <td>493.332</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> <td>5.813</td> <td>(336.108)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	176.204	157.224	Passivo	7.533	284.423	182.017	493.332	Capital líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)	<p>Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> <td>176.204</td> <td>157.224</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> <td>182.017</td> <td>493.332</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> <td>5.813</td> <td>(336.108)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	176.204	157.224	Passivo	7.533	284.423	182.017	493.332	Capital líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																		
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																											
Ativo	1.979	59.664	176.204	157.224																																																																											
Passivo	7.533	284.423	182.017	493.332																																																																											
Capital líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																																																											
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																											
Ativo	1.979	59.664	176.204	157.224																																																																											
Passivo	7.533	284.423	182.017	493.332																																																																											
Capital líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)																																																																											
<p>2.2 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:</p>		<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)	<p>Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																		
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													
<p>2.3 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:</p>		<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)	<p>Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																		
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													
<p>2.4 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:</p>		<p>Controladora</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)	<p>Consolidado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td>1.979</td> <td>59.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>7.533</td> <td>284.423</td> </tr> <tr> <td>Capital líquido</td> <td>(5.554)</td> <td>(224.759)</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/25	31/12/24	Ativo	1.979	59.664	Passivo	7.533	284.423	Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																		
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													
	31/12/25	31/12/24																																																																													
Ativo	1.979	59.664																																																																													
Passivo	7.533	284.423																																																																													
Capital líquido	(5.554)	(224.759)																																																																													

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, empréstimo e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures, empréstimo e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total das debêntures	206.001	284.263	938.127	863.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(518)	(27.210)	(130.053)	(91.091)
(-) Aplicações financeiras vinculadas as dívidas	-	-	(23)	(22.435)
Dívida líquida	205.483	257.053	808.051	749.476
Total do patrimônio líquido	171.392	214.387	225.005	307.047

Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)

	376.875	471.440	1.033.056	1.056.523
--	---------	---------	-----------	-----------

Índice de alavancagem financeira - %

	55%	55%	78%	71%
--	-----	-----	-----	-----

3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) **Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. (b) **Risco hidrológico:** Conforme as regras do setor às usinas do Grupo foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, consequentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado. Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física. Como consequência, períodos de menor hidrológica reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos (GSF < 1), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto. Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas do Grupo participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia e suas controladas. Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos. (c) **Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na arrecadação dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (d) **Mudanças climáticas:** As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica. As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas: 1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas. 2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas. 3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível. Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima. (e) **Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos. **4. Instrumentos Financeiros por Categoria:** (a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (c) **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. (e) **Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. (f) **Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24

Ativos financeiros
Ao custo amortizado:
Caixa e equivalentes de caixa 518 27.210 130.053 91.091
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas - - 23 22.435
Contas a receber - - 36.462 29.540
Contas a receber de partes relacionadas - 31.477 - 216
Ativo financeiro indenizável - - 23.550 20.735
Outras contas a receber - - 11.499 13.149

Passivos financeiros
Ao custo amortizado:
Fornecedores 48 90 8.815 10.897
Debêntures 206.001 284.263 938.127 863.002
Contas a pagar a partes relacionadas - 58 131 37.506
Dividendos a pagar - - 19.524 -
Outras contas a pagar - - 881 1.285
Provisão liminar garantia física - - 47.703 43.643

O valor justo da parte das debêntures classificadas no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificadas no não circulante também não difere significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas. **5. Caixas e Equivalentes de Caixas: Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Recursos em banco e em caixa 16 8 2.018 70
Recursos em aplicações financeiras 502 27.202 128.035 91.021
Total 518 27.210 130.053 91.091

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remuneradas a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **6. Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: Política contábil:** Os depósitos são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício. Valores mantidos em contas em instituições financeiras, que têm como finalidade garantir obrigações associadas às debêntures emitidas.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	23	22.435
Total	23	22.435

(i) Redução em decorrência da extinção da obrigatoriedade de manter depósitos vinculados após liquidação da 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz e, na Controladora, em razão do pagamento semestral das debêntures no mês de setembro e liberação do excedente para a conta de livre movimento, conforme regras e obrigações contratuais. **7. Contas a Receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Venda de energia	36.462	29.540
Total	36.462	29.540

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
A vencer	36.415	29.081
Vencidos de 1 a 30 dias	47	309
Vencidos de 31 a 90 dias	-	150
Total	36.462	29.540

8. Contas a Receber e a Pagar de Partes Relacionadas: Política contábil: Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir: (a) **Composição das partes relacionadas:**

Empresas	Natureza	Controladora	
		31/12/24	31/12/24
Essentia PCHs S.A.	Dividendos a receber	31.264	-
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	Reembolso de despesas	-	58
Chapada Branca Holding S.A.	Despesa de custo compartilhado	213	-
Total		31.477	58

Empresas	Natureza	Consolidado			
		31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/24
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso de despesas	-	-	3	1
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	Reembolso de despesas	-	-	-	58
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de despesas	-	29	213	-
Chapada Branca Holding S.A.	Despesa de custo compartilhado	-	102	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (i)	Dividendos a pagar	-	-	-	21.918
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	Dividendos a pagar	-	-	-	15.529
Total		-	131	216	37.506

(i) Em 31 de dezembro de 2025, determinados saldos foram reclassificados para a rubrica de dividendos a pagar, conforme detalhado na Nota Explicativa 9. A movimentação dos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada na referida nota. (b) **Impacto no resultado:**

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/25	31/12/24
Chapada Branca Holding S.A.	Despesa de custo compartilhado	1.463	-
Total		1.463	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024). **9. Dividendos: Política contábil:** Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir: (a) **Composição dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

Empresas	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i)	19.524	-
Total	19.524	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) **Movimentação dos dividendos:**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado:

		Consolidado			
Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
10.862	28.883	285.005	245.631	88.555	658.936
Adições	3.277	14	105	384	3.780
Depreciação	-	(4.008)	(13.287)	(3.754)	(21.049)
Baixas	(1.045)	-	-	-	(1.045)
Reclassificação (i)	(1.484)	(95)	-	-	(1.579)
Transferências	(7.390)	7	2.308	5.075	-
Saldo contábil líquido	4.220	28.883	280.923	234.757	90.260
Custo	4.220	28.883	391.619	417.372	974.263
Depreciação acumulada	-	-	(110.696)	(182.615)	(41.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.220	28.883	280.923	234.757	90.260
Adições	1.949	-	13.821	729	16.535
Depreciação	-	-	(4.020)	(13.111)	(3.694)
Baixas	(283)	-	-	(12)	(31)
Transferências	(964)	-	211	723	30
Saldo contábil líquido	4.922	28.883	290.935	223.086	86.601
Custo	4.922	28.883	405.651	418.452	132.205
Depreciação acumulada	-	-	(114.716)	(195.366)	(45.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.922	28.883	290.935	223.086	86.601
Taxa média de depreciação	-	-	0,99%	3,13%	2,79%

(i) A reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consumo que, anteriormente, estavam alocados no imobilizado em andamento. **18. Intangível: Política contábil:** Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares, direito de autorização e concessão, servidões e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. **Contratos de autorização:** Os contratos de autorização referem-se à parcela do preço de aquisição da Essentia PCHs, concluída em junho de 2022, alocada às respectivas PCHs, realizada pela IBH XVII e IBH XIX, conforme Nota Explicativa 1.2. Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão reconhecidos no ativo intangível, por se tratar de direitos contratuais identificáveis com vida útil definida, estimada em média em 21 anos, sendo amortizados de forma sistemática ao longo de sua vigência. **Teste de redução ao valor recuperável:** O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de impairment. A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de impairment no exercício.

		Consolidado			
Direito de autorização	Direito de concessão (i)	Servidões	Software	Total	
604.901	15.639	551	758	621.849	
Adição	-	796	45	10	851
Amortização	(37.492)	(3.754)	(29)	(217)	(41.492)
Reclassificação (iii)	-	(451)	-	-	(451)
Cisão (ii)	(130.525)	-	-	-	(130.525)
Saldo contábil líquido	436.884	12.230	567	551	450.232
Custo	590.846	34.513	737	6.028	632.124
Amortização acumulada	(153.962)	(22.283)	(170)	(5.477)	(181.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	436.884	12.230	567	551	450.232
Adições	-	1.124	-	632	1.756
Amortização	(31.776)	(3.909)	(23)	(186)	(35.894)
Baixas	(2.064)	-	-	43	(2.021)
Saldo contábil líquido	405.108	7.381	544	1.040	414.073
Custo	590.846	33.573	737	6.703	631.859
Amortização acumulada	(185.738)	(26.192)	(193)	(5.663)	(217.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	405.108	7.381	544	1.040	414.073
Taxa média de amortização	5,38%	11,64%	3,12%	2,77%	-

(i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipuladas pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15. (ii) Parcela cindida do valor de mais-valia alocada no consolidado como direito de autorização. (iii) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consumo que, anteriormente, estavam alocados no intangível. **19. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

		Consolidado			
		Controladora	Consolidado		
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Material e serviços		48	90	4.363	9.717
Compra de energia		-	-	4.452	1.180
Total		48	90	8.815	10.897

20. Debêntures: Política contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e desconto das amortizações. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **a) Contratos: (i) 1ª Emissão de Debêntures:** A controladora indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205. A operação foi liquidada antecipadamente em 31 de março de 2025. **(ii) 3ª Emissão de Debêntures:** Em 15 de outubro de 2021, a controladora direta Essentia PCHs ("Essentia PCHs") realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a. A operação foi liquidada antecipadamente em 31 de março de 2025. **(iii) 1ª Emissão de Debêntures:** A companhia realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28 de junho de 2025 e montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Em 16 de maio de 2023, 19 de março de 2024 e 10 de abril de 2025 foram realizadas as amortizações extraordinárias das debêntures, no valor total de R\$96.220, R\$98.939 e R\$97.000 respectivamente. Seu saldo devedor restante foi liquidado no vencimento. **(iv) 3ª Emissão de Debêntures Privada:** A companhia realizou em 08 de março de 2024 a sua 3ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 29 de junho de 2025, montante total de R\$ 103.278 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, as debêntures fizeram parte da parcela cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVII-A, conforme Nota Explicativa nº 1.5. **(v) 4ª Emissão de Debêntures:** Em 25 de março de 2025, a controladora direta Essentia PCHs realizou sua 4ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 25 de março de 2032 no montante total de R\$ 750.000, remunerado pela taxa DI + juros de 1% a.a. A emissão deverá ser amortizada em 14 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2025. **(vi) 4ª Emissão de Debêntures:** A companhia realizou em 05 de junho de 2025 a sua 4ª emissão de debêntures, em série única, com vencimento final em 05 de junho de 2032 e montante total de R\$ 200.000 a serem amortizados no vencimento. Os juros são devidos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 06 de outubro de 2025 e sua última parcela no vencimento da emissão. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 1,90% a.a. **b) Debêntures:**

		Consolidado			
		Controladora	Consolidado		
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante		7.653	285.857	100.141	398.335
Debêntures		(1.728)	(1.594)	(3.635)	(4.804)
(-) Custo de captação		7.475	284.263	96.506	393.531
Não circulante		200.000	-	867.500	481.517
Debêntures		(1.474)	-	(25.879)	(12.046)
(-) Custo de captação		198.526	-	841.621	469.471
Total		206.001	284.263	938.127	863.002

c) Composição de debêntures:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/25	31/12/24	
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	1ª emissão Debêntures	440.000	28/06/2022	CDI + 3,05% a.a.	Anual	Bullet	28/06/2025	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada (ii) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia	-	285.857	
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	4ª emissão Debêntures	200.000	05/06/2025	CDI + 1,90% a.a.	Semestral	Bullet	05/06/2032	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia; (ii) cessão fiduciária de dividendos e direitos creditórios da Companhia; (iii) conta vinculada.	207.653	-	
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Semestral	Semestral	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/receíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/receíveis das Fiadoras	-	511.450	
Essentia PCHs	4ª emissão Debêntures	750.000	25/03/2025	CDI + 1,00% a.a.	Semestral	Semestral	25/03/2032	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia e das Controladas; (ii) cessão fiduciária de dividendos/receíveis da Companhia e das Controladas (iii) Fianças das Controladas (exceto Afluente G).	759.988	-	
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série – R\$ 57.000 2ª Série – R\$ 38.000 3ª Série – R\$ 41.000 4ª Série – R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série – 15/06/2027 2ª Série – 15/09/2026 3ª Série – 15/12/2026 4ª Série – 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	-	82.545	
									(-) Custo de captação de dívidas	(29.514)	(16.850)
									938.127	863.002	

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

d) Movimentação de debêntures:

	Controladora		Consolidado
	(-) Custo de captação	Total	
Saldo em 01/01/2024	384.252	(4.515)	379.737
Ingresso	103.279	-	103.279
Provisão de juros	41.209	-	41.209
Amortização de custos de captação de dívida	-	2.920	2.920
Liquidação do principal	(89.048)	-	(89.048)
Liquidação dos encargos	(50.501)	-	(50.501)
Cisão (i)	(103.333)	-	(103.333)
Saldo em 31/12/24	285.858	(1.595)	284.263
Ingresso	200.000	(1.731)	198.269
Provisão de juros	36.080	-	36.080
Amortização de custos de captação de dívida	-	1.673	1.673
Liquidação do principal	(267.142)	-	(267.142)
Liquidação dos encargos	(47.142)	-	(47.142)
Saldo em 31/12/25	207.654	(1.653)	206.001

	Controladora		Consolidado
	(-) Custo de captação	Total	
Saldo em 01/01/2024	1.472.507	(24.520)	1.447.987
Ingresso	210.801	-	210.801
Provisão de juros	131.376	-	131.376
Amortização de custos de captação de dívida	-	7.670	7.670
Atualização monetária	4.700	-	4.700
Liquidação do principal	(555.340)	-	(555.340)
Liquidação dos encargos	(173.283)	-	(173.283)
Cisão (i)	(210.909)	-	(210.909)
Saldo em 31/12/24	879.852	(16.850)	863.002
Ingresso	950.000	(31.893)	918.107
Provisão de juros	142.679	-	142.679
Amortização de custos de captação de dívida	-	19.229	19.229
Atualização monetária	1.970	-	1.970
Liquidação do principal	(865.997)	-	(865.997)
Liquidação dos encargos	(140.863)	-	(140.863)
Saldo em 31/12/25	967.641	(29.514)	938.127

(i) Cisão parcial realizada em 12 de março de 2024 conforme Nota Explicativa nº 1.5. **Condições restritivas financeiras ("covenants"):** As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas. A controlada indireta Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de avanço de obra pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição anual, sendo que a primeira apuração será realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Administração possui controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros. **f) Composição por ano de vencimento:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
1 ano	7.653	285.857	100.140	398.335
2 anos	-	-	70.501	112.004
3 anos	-	-	70.500	108.326
4 anos	-	-	63.000	121.313
5 anos	-	-	593.000	139.874
Total	207.653	285.857	967.641	879.852

g) Custo de transação: As debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **21. Tributos e Obrigações Trabalhistas: Política contábil:** Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante				
ICMS a pagar	-	-	55	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)	-	-	-	3.001
ISS a pagar	-	-	126	-
PIS e COFINS a pagar	1	11	2.427	1.145
Salários, provisões e encargos sociais	-	-	2.428	2.336
Outros tributos	9	1	302	252
Total	10	12	5.345	6.786

(i) Saldos reclassificados para a rubrica de imposto de renda e contribuição social conforme Nota Explicativa nº 22. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)	-	-	3.986	-
Total	-	-	3.986	-
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.697	-
Total	-	-	1.697	-

(i) Saldos anteriormente classificados na rubrica de Impostos e obrigações trabalhistas conforme Nota Explicativa nº 21. **23. Provisão Liminar Garantia Física:** Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo em 01 de janeiro de 2024	38.635	38.635
Adição	1.521	-
Atualização financeira	3.487	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.643	43.643
Adição	2.689	-
Atualização financeira	1.371	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	47.703	47.703

24. Provisão para Processos Judiciais: Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, danos morais e materiais, equiparação/reenquadramento salarial, adicional de periculosidade, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária, regulatória e propriedade intelectual, movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros. **Tributárias:** Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como contribuições sociais, ICMS, IRPJ, PIS/COFINS, INSS, dentre outros. **(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda:**

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Trabalhistas	5.594	7.180
Cíveis	4.706	4.284
Tributárias	5	5
(-) Depósitos judiciais – Trabalhista	-	(99)
(-) Depósitos judiciais – Cível	-	(1.042)
Total	10.305	10.328

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis:

	Consolidado		Natureza		Total
	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)
Constituição	2.419	2.546	4	-	4.969
(-) Pagamentos	(473)	(26)	(847)	-	(1.346)
(-) Reversões	(1.212)	(2.523)	(40)	-	(3.775)
Atualização monetária	320	548	17	-	885
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.172	4.292	5	(99)	(1.042)
(-) Reversões	(1.960)	-	-	99	1.042
Atualização monetária	382	414	-	-	796
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.594	4.706	5	-	-10.305

Não houve movimentação na Controladora. **(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:**

	Consolidado				
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Empresas					
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	156	8.710	8.866
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.562	-	3.229	-	6.791
Rio PCH I S.A.	16.390	-	113	131	16.633
Bahia PCH I S.A.	4.787	26	1.181	195	6.189
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.685	2.685
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.739	26	4.678	11.721	41.165
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	9.190	9.190
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	130	-	3.639	-	3.769
Rio PCH I S.A.	12.259	-	-	-	12.259
Bahia PCH I S.A.	2.137	-	1.188	211	3.536
Essentia PCHs S.A.	-	-	159	1.341	1.500
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.526	159	4.827	10.742	30.254

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto: (i) **Trabalhistas:** Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, dentre outros. (ii) **Tributárias:** processos judiciais e administrativos, que têm por principais matérias: declarações de compensação de créditos de COFINS e retenção na fonte de imposto incidente sobre rendimentos pagos ou creditados a título de JSCP. (iii) **Ambientais:** • Autos de infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de icthiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação; • Autos de infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Orgão para apresentação de documentos ambientais solicitados; • Duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente. (iv) **Cíveis:** Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de icthiofauna. **Principais movimentações:** Goiás Sul Geração de Energia S.A.: na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Goiás em face da controlada por supostos danos ambientais à APP do entorno das PCHs de Goiandira e Nova Aurora, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente os pedidos feitos pelo MP. Recurso de apelação em elaboração. Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., processo no qual tratava de diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias, foi encerrado. **25. Patrimônio Líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 189.887 (R\$ 290.900 em 31 de dezembro 2024), dividido em 189.887 (887.143 em 31 de dezembro 2024) ações, totalmente subscritas e integralizadas. Em 23 de julho de 2025, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 579.385 composto da seguinte forma: (a) R\$ 469.373 não integralizados pela companhia; (b) 76.512 correspondente a absorção de prejuízos acumulados; e (c) 24.500 restituído aos acionistas em 11 de novembro de 2025. Em 01 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da controlada indireta, Essentia PCHs, no montante de R\$ 40.557. Desse valor, R\$ 19.873 correspondem à participação dos acionistas não controladores. A restituição foi realizada em 10 de junho de 2025 A Companhia não possui um limite de ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Participação	Quantidade	Ações	Participação	Quantidade	Ações
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	100%	189.887	189.887	100%	887.143	290.900
Total	100%	189.887	189.887	100%	887.143	290.900

26. Receita Operacional Líquida: Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional e composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/25		Consolidado		31/12/24	
	MWh	Valor	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com energia	993.384	351.628	996.106	342.547	-	-
Receita com energia CCEE	-	1.980	-	4.481	-	-
Receita de construção (i)	-	1.886	-	-	-	-
Deduções						
(-) Impostos sobre vendas	-	(12.917)	-	(12.695)	-	-
(-) Encargos sobre concessão	-	(1.667)	-	(1.583)	-	-
(-) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	(474)	-	(475)	-	-
Total	993.384	340.436	996.106	332.275	-	-

(i) O Grupo contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos. **27. Custo com a Energia Elétrica:**

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	41.957	42.381
Custos de construção	1.886	-
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	7.936	8.002
Custo de operação (b)	69.847	67.102
Total	121.626	117.485

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Energia elétrica comprada para revenda	34.295	37.900
Custo de liquidação CCEE	7.662	4.481
Total	41.957	42.381

(b) Custo de operação:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Pessoal	9.372	7.427
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	20.311	22.002
Depreciações e amortizações – direito de uso	-	216
Depreciações e amortizações	40.164	37.457
Total	69.847	67.102

28. Despesas Gerais e Administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Pessoal	-	220	4.166	4.097
Serviços de terceiros	70	-	3.591	3.068
Aluguéis	-	-	-	11
Seguros	-	-	3.366	3.715
Despesas tributárias	-	-	34	22
Outras despesas operacionais	393	81	1.903	1.445
Depreciações e amortizações	-	-	16.268	24.868
Total	463	302	29.328	37.226

29. Resultado Financeiro: Política contábil: As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(36.080)	(41.209)	(142.679)	(116.118)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(1.673)	(2.920)	(19.229)	(6.177)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(1.970)	(4.700)
Atualização financeira liminar GSF	-	-	(1.372)	(3.487)
Atualização financeira direito de uso	-	-	-	(41)
Outras despesas financeiras	(759)	(141)	(1.918)	(1.545)
Total das despesas financeiras	(38.512)	(44.270)	(167.168)	(132.068)
Receitas financeiras				

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

continuação

fização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. – Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e – Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.6.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada referente aos valores correspondentes inseridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, em 31 de Março de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/0-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Cellera Farmacêutica S.A.
CNPJ nº 33.173.097/0002-74

cellerafarma.com.br



Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: A Administração da Cellera Farmacêutica S.A. ("Cellera" e/ou "Companhia"), nos termos das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Mensagem da Administração:** A Cellera comemora seu 8º aniversário em 2025 alcançando uma evolução muito importante na performance de suas operações. Fundada em 2017, a Companhia tem demonstrado um histórico de crescimento consistentemente. Segundo informações da Abafarma/IQVIA o mercado farmacêutico cresceu 11% em 2025. Em 2025 a Companhia continua com seu crescimento, a receita líquida da companhia foi de R\$ 648,7 milhões, crescendo 9% em margem líquida que correspondem a R\$ 22 milhões em relação a 2024, refletindo a melhoria estrutural dos resultados operacionais. O destaque nos contratos é a anualização dos contratos iniciados em 2024 com a Aché e a Servier. Os produtos de prescrição da Cellera também apresentaram crescimento importante com destaque para o Pamelor, mas também pela expansão em outras marcas consolidadas como: Tylex, Convivia, Benerva, entre outros. A Companhia manteve desempenho operacional consistente em 2025, sustentado pela captura de ganhos de escala, disciplina financeira e amadurecimento das iniciativas implementadas nos exercícios anteriores. O EBITDA ajustado alcançou R\$ 81,5 milhões, com margem EBITDA ajustada de 12,6% sobre a Receita Líquida, reforçando a trajetória de evolução operacional. Esse desempenho possibilitou a reversão do prejuízo apurado no exercício anterior, com a Companhia registrando lucro líquido de R\$ 5,8 milhões em 2025, refletindo a melhoria estrutural dos resultados e maior previsibilidade financeira. **EBITDA e EBITDA AJUSTADO:**

(R\$ em milhões) (consolidado)	2024	2025
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(41,8)	5,8
(+) IRPJ e CSLL	(4,8)	(4,6)
(+) Resultado Financeiro Líquido	85,5	75,0
(+) Amortizações / Depreciações	21,0	19,0
EBITDA Consolidado	59,9	95,2
(+) Deságio de ICMS (nota 25)	(0,8)	4,0
(+) Gastos com Reestruturação (nota 25)	-	0,5
(+) Despesas com Litígio (Contrato de Parceria) (nota 21)	2,7	2,2

(R\$ em milhões) (consolidado)	2024	2025
(+) Baixa de ICMS a recuperar - ADC 49 (nota 25)	14,9	(14,9)
(+) Doações recuperação calamidade RS	1,2	-
(+) Despesas líquidas com transferência do CD para ES	0,1	-
(+) Créd. da exclusão ICMS base PIS e COFINS (nota 25)	-	(5,5)
EBITDA Consolidado Ajustado¹	78,1	81,5

¹A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA Consolidado com o EBITDA Consolidado Ajustado. O EBITDA Consolidado Ajustado engloba ajustes de despesas não recorrentes. Ao final do exercício de 2025, a Cellera contava com 502 colaboradores diretos. A composição por gênero do quadro total reflete um perfil favorável à representatividade feminina: 55% dos colaboradores são mulheres e 45% são homens. A Companhia mantém política de gestão de pessoas orientada ao desenvolvimento de competências (em 2025 foram mais de 230 movimentações de reconhecimento de competências e 45% do seu quadro foi impactado), retenção de talentos e promoção de um ambiente de trabalho seguro, ético e inclusivo. No exercício de 2025, foram realizados treinamentos, programas de capacitação e melhorias de processos, indicadores de rotatividade e outros indicadores relevantes de capital humano. A Administração reafirma seu compromisso com as boas práticas de relações trabalhistas e o cumprimento integral da legislação aplicável, inclusive na obrigatoriedade da Lei nº 14.611/2023. A Cellera assume um compromisso sólido com a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. Como empresa do setor farmacêutico, entendemos que nossa responsabilidade vai além da entrega de medicamentos de qualidade, abrangendo todo o ciclo de vida dos produtos, desde a fabricação até o descarte final ambientalmente adequado. Nesse contexto, adotamos práticas estruturadas para garantir o descarte correto de medicamentos e embalagens, tanto por meio de processos internos em nossa unidade fabril quanto pela participação em programas de logística reversa, em conformidade com a legislação ambiental e os princípios da economia circular. No exercício de 2025, a Companhia manteve iniciativas concretas nos programas ambientais, com mais de 109 toneladas de materiais reciclados e destinação rastreada, conduziu análises em todas as operações com objetivo de redução no consumo de energia e água, realizou ações sociais junto à comunidade (arrecadação de alimentos para instituições e Semana do Meio Ambiente) e manteve

treinamentos semanais com pílulas de conhecimento sobre segurança, abrangendo atenção, saúde mental, prevenção e atuação em emergências. A Administração está comprometida com a evolução contínua das práticas de ESG, em alinhamento com as melhores referências do setor e com as crescentes exigências regulatórias. A Companhia mantém estrutura de governança corporativa compatível com seu porte e estágio de desenvolvimento, composta por Conselho de Administração e Diretoria Executiva, conforme dispõem seus atos constitutivos e a Lei nº 6.404/76. No exercício de 2025, o Conselho de Administração reuniu-se mensalmente, deliberando sobre as principais diretrizes estratégicas, aprovação do orçamento anual, avaliação de desempenho da Diretoria e acompanhamento dos principais indicadores operacionais e financeiros da Companhia. A dívida líquida consolidada da Companhia ao final do exercício de 2025 era de R\$ 247,4 milhões, composta essencialmente por debêntures emitidas no âmbito do programa de financiamento de longo prazo da Companhia. O resultado financeiro líquido apurado no exercício foi de R\$ 75 milhões (2024: R\$ 85 milhões), refletindo o custo do endividamento ao longo do período. A Companhia segue ativa na identificação e captura de oportunidades no mercado, com parcerias em estágio avançado de negociação junto a relevantes players do setor farmacêutico, bem como na aquisição de portfólios estratégicos. Essas iniciativas estão alinhadas à estratégia de expansão das operações, com foco na ampliação de escala, otimização da estrutura de custos e melhoria sustentável das margens, reforçando a trajetória de crescimento e geração de valor. A Companhia, apoiada pelas novas aquisições e parcerias estratégicas em andamento, projeta para 2026 uma continuidade do seu ciclo de crescimento, com expansão relevante da receita líquida e evolução consistente do EBITDA ajustado. Esse movimento reflete o amadurecimento das iniciativas implementadas, o ganho de escala operacional e a consolidação do modelo de negócios, posicionando a Companhia para crescer em linha - ou acima - da dinâmica do mercado farmacêutico, cujos indicadores apontam para um cenário favorável de expansão. A Cellera segue se consolidando como a melhor plataforma de negócios para a indústria farmacêutica, oferecendo performance e governança para seus parceiros e comprometida com a rentabilidade, sustentabilidade. Sempre atuando de forma ágil e inovadora. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Ativo Circulante	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.025	11.618	9.179	30.903
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	57.625	47.011	170.535	164.780
Instrumentos financeiros derivativos		314	2.059	314	2.059
Estoques	10	40.976	42.374	71.000	83.469
Impostos a recuperar	11	14.971	10.759	15.376	38.027
IRPJ e CSLL a recuperar	22	599	586	858	775
Adiantamentos a fornecedores		798	6.438	885	6.461
Outros ativos	12	2.114	3.122	2.873	5.402
Mútuo a receber de partes relacionadas	13	20.249	15.638	-	-
Total do ativo circulante		139.672	139.605	271.019	331.876
Ativo não circulante					
Impostos a recuperar	11	14.297	14.713	35.649	35.908
IRPJ e CSLL diferidos	22	584	-	4.609	-
Outros ativos	12	17.609	14.962	17.873	15.150
Mútuo a receber de partes relacionadas	13	-	-	-	-
Conta corrente a receber de partes relacionadas	13	137.824	141.097	-	-
Total do realizável a longo prazo		170.314	170.772	58.131	51.058
Investimentos	14	-	452	-	-
Imobilizado	15	69.259	66.489	77.523	66.755
Intangível	16	83.848	91.238	96.269	103.890
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		153.107	158.179	173.792	170.645
Total do ativo não circulante		323.420	328.951	231.923	221.704
Total do Ativo		463.093	468.556	502.942	553.580
Passivo e patrimônio líquido circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	41.524	47.493	93.662	124.316
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	261.849	41.060	245.148	41.060
Passivo de arrendamento	20	426	3.969	4.487	3.968
Impostos e contribuições a recolher		6.602	6.658	8.061	8.081
Salários, encargos e férias a pagar	19	7.585	6.300	13.289	10.047
Adiantamento de clientes		89	-	89	28
Provisões diversas		4.475	1.641	6.100	2.112
Instrumentos financeiros derivativos	28	7	-	7	-
Total do passivo circulante		322.557	107.121	370.843	189.612
Ativo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.700	237.659	1.700	237.659
Passivo de arrendamento	20	246	3.885	5.200	3.885
Impostos e contribuições a recolher		6.590	12.819	8.585	15.352
Provisão para processos judiciais	21	3.426	1.890	3.426	1.890
Provisão para passivo descoberto em controlada	14	15.386	-	-	-
Total do passivo não circulante		27.347	256.253	18.911	258.786
Total do passivo		349.904	363.374	389.754	448.398
Patrimônio líquido					
Capital Social	24	490.426	490.426	490.426	490.426
Reserva de capital		17.938	15.554	17.938	15.554
Prejuízos acumulados		(395.175)	(400.798)	(395.175)	(400.798)
Total do Patrimônio líquido		113.189	105.182	113.188	105.182
Total do passivo e patrimônio líquido		463.093	468.556	502.942	553.580

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia" e/ou "Cellera") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Capovilla, nº 129, Bairro Recreio Capreste, na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, Brasil, e com filiais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais e na cidade Serra, no Espírito Santo. As demonstrações financeiras da Cellera abrangem a Companhia e sua subsidiária Cellera Consumo Ltda. (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo fabrica e comercializa produtos farmacêuticos e afins; fabricação e comercialização de produtos químicos; fabricação e comercialização de produtos de higiene, perfumes, cosméticos e tocador; fabricação e comercialização de produtos alimentícios; fabricação e comercialização de produtos para saúde e a importação dos produtos ora mencionados. **1.1 Entidade Controlada:** A Companhia controla a subsidiária integral Cellera Consumo Ltda. ("Cellera Consumo"), adquirida em 18 de julho de 2017, localizada na Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo e filiais no Estado de Minas Gerais e no Estado de Espírito Santo, dedicando-se às atividades de comercialização e distribuição de determinados produtos farmacêuticos, de higiene, cosméticos e outros. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026. **1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** (a) **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Cellera Farmacêutica S.A. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 6. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A mensuração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5. **3. Continuidade operacional:** O Grupo desconhecera um lucro líquido de R\$ 5.794 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (prejuízo de R\$ 41.827 em 2024), e, nessa data, possuía um prejuízo acumulado de R\$ 395.175 (R\$ 400.798 em 2024), apresenta um fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 90.770 (R\$ 73.326 positivo em 2024) e apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 99.824 (positivo de R\$ 142.265 em 2024). A partir de 2023, o Grupo junto com a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo e de Minas Gerais firmaram acordo de regime especial e não haverá mais acúmulo de saldo credor de ICMS referente a operação de Distribuição de Medicamentos nesses Estados. O Grupo tem como plano de recuperabilidade utilizar esse saldo credor para pagamento a fornecedores de matéria prima, material de embalagem, energia elétrica, ativo imobilizado, ativo intangível e cessão de parte dos créditos a terceiros através de uma operação comercial de compra e venda. A Companhia realizou a venda de R\$ 41.423 dos seus créditos de ICMS ao longo de 2024 e mais R\$ 30.978 em 2025. O Grupo encerrou o exercício de 2025 com crescimento de 2% nas vendas consolidadas líquidas em relação ao ano anterior. Após um ciclo relevante de expansão estratégica em 2024, marcado pela aquisição do direito de uso do Tylex, pelo contrato de promoção e distribuição de produto focado em SNC com a Servier e pelo contrato de clone para utilização da formulação do produto Tandene para a marca Tandrix, com produção na planta da Cellera em parceria com a Aché, o exercício de 2025 foi direcionado à consolidação dessas iniciativas. Nesse contexto, a Companhia priorizou a captura de ganhos de escala, o fortalecimento da disciplina financeira, a otimização da estrutura operacional e o amadurecimento dos contratos e processos implementados nos exercícios anteriores, assegurando maior previsibilidade, eficiência e sustentabilidade dos resultados. Considerando o capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2025, a Administração monitora continuamente a posição de liquidez e mantém plano financeiro voltado à gestão das obrigações de curto prazo. Esse plano contempla, entre outras medidas, a geração de caixa operacional e a monetização de créditos tributários acumulados. Adicionalmente, a Administração está conduzindo negociações com instituições financeiras de primeira linha para o refinanciamento dos instrumentos de dívida atualmente em circulação, com estrutura que prevê o alongamento e a reorganização do perfil da dívida e maior flexibilidade financeira para suportar e operacionalizar os novos lançamentos, que acontecerão no primeiro trimestre, de produtos e a compra de estoques relacionados às novas

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Notas	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receita	25	217.102	231.016	648.735	638.291
Custo dos produtos vendidos	26	(142.569)	(146.746)	(403.475)	(414.474)
Lucro bruto		74.534	84.270	245.260	223.817
Despesas com vendas	26	(44.469)	(50.194)	(121.782)	(119.333)
Despesas administrativas e gerais	26	(24.816)	(54.666)	(66.170)	(51.383)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	9	1.710	(2.638)	1.469	(3.709)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	20.439	(8.428)	17.446	(10.545)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		27.396	(31.656)	76.222	38.847
Receitas financeiras	27	9.330	21.922	5.284	4.603
Despesas financeiras	27	(16.146)	(39.110)	(80.321)	(90.124)
Despesas financeiras líquidas		(6.816)	(17.188)	(75.038)	(85.521)
Participação nos lucros (prejuízos) em controlada por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14	(15.371)	308	-	-
Resultado antes dos impostos		5.209	(48.536)	1.184	(46.843)
IRPJ e CSLL	22	584	6.709	4.609	4.847
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.793	(41.827)	5.793	(41.827)

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Variação nas contas do ativo e passivo		
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.793	(41.827)	5.793	(41.827)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.793	(41.827)	5.793	(41.827)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo líquido (prejuízo) do exercício		5.793	(41.827)	5.793
Ajustes ao resultado do exercício				
Resultado da controlada reconhecido por equivalência patrimonial	14	15.371	(308)	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	9	1.710	2.638	1.470
Provisão de perda dos estoques	10	2.035	1.851	(1.562)
Depreciação e amortização	26	14.574	21.029	16.313
Baixa do ativo imobilizado e intangível		3.131	1.424	(3.289)
Provisão de ICMS a recuperar líquido - ADC 49	26	(13.587)	13.587	13.587
Provisão para processos judiciais	21	1.536	1.788	1.536
Juros passivos sobre empréstimos, financiamentos, nota comercial e debêntures, líquidos dos juros ativos com conta corrente com parte relacionada na controladora	18	22.499	26.197	64.529
Juros passivos sobre arrendamentos		(756)	3.786	1.743
Juros passivos sobre fornecedores		(1.688)	-	(2.683)
Variação cambial sobre empréstimos	18	(2.767)	-	(2.767)
Ir sobre empréstimos	18	678	-	678
Juros ativos sobre mútuo com partes relacionadas	13	(4.612)	(17.712)	-
Instrumentos financeiros derivativos		1.745	(2.251)	1.752
IRPJ e CSLL	22	(584)	6.496	(4.608)
Total		45.078	16.698	92.492

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação *

Agreement - "SPA") entre a VSP24 - FIP - Empresas Emergentes ("Controlador") e a BECARIL S.A., subsidiária do Laboratório Elea Phoenix S.A. (Grupo Elea, Argentina), para alienação da participação da Controladora na Companhia, com fechamento pendente de aprovações regulatórias; e (ii) a cessão das debêntures emitidas pela Companhia, anteriormente detidas pela Lumina Capital Management para a BECARIL S.A., com alongamento de vencimento por 12 meses. Essas operações adequam o perfil de endividamento e suportam a continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade do Grupo de continuar operando em continuidade operacional. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **A) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa 11 - Impostos a recuperar; A Companhia mantém um tema de repercussão geral relativo ao ADC 49, a nota com resumo sobre o tema está na nota 11; e • Nota Explicativa 15 - Teste de redução ao valor recuperável dos imobilizados: teste de impairment dos bens móveis e imóveis; e • Nota Explicativa 16 - Teste de redução ao valor recuperável do ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e • Nota Explicativa 21 - Provisão para processos judiciais; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e **B) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, com reporte direto ao diretor financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, Finanças e Compliance do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; ou **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço); ou **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota Explicativa 28 - Instrumentos financeiros.** **6. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **A) Base de consolidação:** **i. Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **ii. Perda de Controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **iii. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **B) Moeda estrangeira:** **i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de variação cambial resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **ii. Receita de contratos com clientes:** A receita do Grupo deriva principalmente das vendas de medicamentos, alimentos, cosméticos e da prestação de serviços de industrialização. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando o Grupo cumpre a obrigação de desempenho firmada com o cliente e transfere o controle do bem ao cliente, que se dá substancialmente no ato da entrega do produto, confirmada com o aceite do cliente. As receitas oriundas da prestação de serviços de industrialização são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados, com base no grau de realização da obrigação de desempenho, observando-se as condições contratuais estabelecidas com os clientes. **C) Benefícios a empregados:** **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **D) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem substancialmente: receitas de juros sobre aplicações financeiras; despesas de juros; e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **E) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i. Despesa de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste ao mesmo com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa

Cellera Farmacêutica S.A.

do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii. Receitas e despesas de IRPJ e CSLL diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **F) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui ganhos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, bem como outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado pelo qual os estoques podem ser realizados no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. As provisões para estoques vendidos ou obsoletos em baixa movimentação considerados são reconhecidas quando necessário pela Administração. **G) Imobilizado:** **i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii. Depreciação:** A depreciação reflete o padrão de consumo pelo Grupo dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Anos	
Edificações	49
Máquinas e equipamentos	2 - 21
Móveis e utensílios	4 - 20
Instalações	5 - 20
Equipamentos de informática	5 - 12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **H) Ativos intangíveis e ágio:** **i. Reconhecimento e mensuração:** (i) **Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (ii) **Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente as licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização das licenças é calculada pelo método linear para alocar o seu custo durante sua vida útil estimada de 10 anos. O licenciamento da marca "Tylex" com a Janssen Cilag possui uma vida útil definida de 20 anos. As marcas estão avaliadas com vida útil indefinida, e, portanto, não são amortizadas, no entanto o valor recuperável é testado anualmente. (iii) **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. **I) Instrumentos financeiros:** **i. Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii. Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **a)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **b)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros. O reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **• Ativo financeiro a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii. Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: **a)** substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou **b)** o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os riscos e benefícios dos riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são

substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v. Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. **J) Redução ao valor recuperável (impairment):** **i. Ativos financeiros não derivativos:** **Instrumentos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** ("caixa e equivalentes de caixa" e "contas a receber de clientes e outros recebíveis"). O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; e As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• Pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou** O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos do Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do devedor; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e intangíveis de vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **K) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável. **Provisão para processos judiciais:** O Grupo é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **L) Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **i. Como arrendatário:** No início ou na modi-

cação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: **•** pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na ausência; **•** pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; **•** valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e **•** o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento reversivo fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **M) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **7. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 (CPC 40) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: **a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; **b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contínuo; **c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e **d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1)) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no

continuação *

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação *

balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1 (CPC 26 (R1)). No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco e caixa (i)	761	1.424	3.056	6.549
Aplicações financeiras (ii)	1.264	10.194	6.123	24.354
Total	2.025	11.618	9.179	30.903

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária, em 2024. Em 2025, referem-se à remuneração "floating" pelo saldo médio mantido em conta corrente, remunerados a taxas que estão entre 85% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	37.641	40.575	176.344	172.059
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14)	24.482	12.644	-	-
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(4.498)	(6.208)	(5.809)	(7.279)
Total	57.625	47.011	170.535	164.780

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	31.398	35.700	24.482	12.644
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	673	3.190	-	-
De 31 a 60 dias	95	4	-	-
De 61 a 90 dias	85	6	-	-
Acima de 90 dias	5.390	1.675	-	-
Total de vencidas	6.243	4.875	-	-
Total	37.641	40.575	24.482	12.644

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

10. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	9.637	11.675	36.880	46.346
Matérias-primas e componentes	24.746	23.552	27.519	29.968
Produtos em elaboração	2.548	4.808	2.556	4.816
Importações em andamento	4.045	2.339	4.045	2.339
Total	40.976	42.374	71.000	83.469

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R\$ 3.566 (R\$ 5.601 em 2024) na Controladora, e de R\$ 10.275 (R\$ 8.713 em 2024) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	(2.114)	(3.516)	(8.823)	(6.628)
Matérias-primas e componentes	(1.452)	(2.085)	(1.452)	(2.085)
Total	(3.566)	(5.601)	(10.275)	(8.713)

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	(5.601)	(3.750)	(8.713)	(5.563)
Reversão de provisões	6.324	1.117	7.546	4.486
Constituição de provisões	(4.289)	(2.968)	(9.108)	(7.336)
Total	(3.566)	(5.601)	(10.275)	(8.713)

11. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	21.969	22.366	43.313	70.324
PIS - Programa de Integração Social	-	462	34	508
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	695	158	910
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	24	24	31	33
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	650	582	650	582
Outros	6.623	1.443	6.838	1.578
Total	29.268	25.472	51.024	73.935

Ativo circulante 14.971 10.759 15.376 38.027

Ativo não circulante 14.297 14.713 35.649 35.908

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021, o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC49. Em 2024, a Companhia analisou os efeitos da modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, uma perda no montante de R\$ 14.931, referente à baixa do saldo de ICMS a recuperar, registrada em contrapartida a outras despesas operacionais no resultado do exercício. No exercício de 2025, após novos desdobramentos e decisões, publicados pelo STF (Superior Tribunal Federal) no segundo semestre de 2025, a Companhia procedeu ao estorno da referida provisão, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício de 2025, veja nota explicativa 26.

12. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros ativos - partes relacionadas (nota 13)	16.662	14.279	16.662	14.279
Adiantamento a colaboradores	660	594	1.212	1.077
Despesas a apropriar	1.247	1.835	1.262	2.601
Outros	1.153	1.376	1.610	2.595
Total	19.723	18.084	20.746	20.552

Ativo circulante 2.114 3.122 2.873 5.402

Ativo não circulante 17.609 14.962 17.873 15.150

Total 19.723 18.084 20.746 20.552

13. Partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos	2.550	-	-	-
Edificações	30.060	-	-	-
Instalações	4.228	27 (790)	787	(1.332)
Máquinas e equipamentos	16.854	3.465 (1.520)	1.159	(2.832)
Imobilizado em andamento	2.162	4.498	-	(2.148)
Móveis, utensílios e outros	4.058	766 (2.592)	28	(854)
Direito de uso	10.002	3.040 (3.375)	-	(4.626)
Total	69.914	11.796 (8.277)	(174)	(10.481)

b) Movimentação do investimento em controlada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
% Participação no capital	100%	100%	-	-
Ativo circulante	193.249	233.528	-	-
Ativo não circulante	34.142	21.653	-	-
Passivo circulante	165.856	201.395	-	-
Passivo não circulante	89.103	65.983	-	-
Patrimônio líquido	(27.567)	(12.196)	-	-
Total das receitas brutas do exercício	(519.505)	525.987	-	-
Lucro do exercício	(15.371)	308	-	-

c) Informações financeiras resumidas da controlada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	193.249	233.528	-	-
Ativo não circulante	34.142	21.653	-	-
Passivo circulante	165.856	201.395	-	-
Passivo não circulante	89.103	65.983	-	-
Patrimônio líquido	(27.567)	(12.196)	-	-
Total das receitas brutas do exercício	(519.505)	525.987	-	-
Lucro do exercício	(15.371)	308	-	-

15. Imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terrenos	2.550	-	-	-
Edificações	30.060	-	-	-
Instalações	4.228	27 (790)	787	(1.332)
Máquinas e equipamentos	16.854	3.465 (1.520)	1.159	(2.832)
Imobilizado em andamento	2.162	4.498	-	(2.148)
Móveis, utensílios e outros	4.058	766 (2.592)	28	(854)
Direito de uso	10.002	3.040 (3.375)	-	(4.626)
Total	69.914	11.796 (8.277)	(174)	(10.481)

16. Intangíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ágio (i)	14.371	-	-	-
Marcas, patentes e licenças (ii)	69.311	609	64	(7.026)
Software	3.285	68	64	(662)
Outros	3.346	5	5	(410)
Intangível em andamento	925	27	(64)	-
Total	91.238	709	174	(8.098)

(i) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da controlada Celleria Consumo em julho de 2017. (ii) Contrato de distribuição originado na combinação de negócios pela aquisição da Celleria Consumo em 2017, relacionado ao contrato de exclusividade de distribuição de probióticos da marca Culturelle®. Contrato possui 5 anos de validade a partir do registro do produto, tendo início em 2019 até 2024. Em 2025, o contrato foi prorrogado por mais um ano, com vigência até 31 de dezembro de 2025, sem renovação adicional prevista.

17. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores mercado interno	23.522	37.067	87.720	113.315
Fornecedores mercado externo	5.429	10.426	5.942	11.001
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 13)	12.573	-	-	-
Total	41.524	47.493	93.662	124.316

18. Empréstimos, financiamentos, debêntures e nota comercial:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante	261.849	41.060	245.148	41.060
Passivo não circulante	1.700	237.659	1.700	237.659
Total	263.549	278.719	246.848	278.719

Demonstramos a seguir o vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento do total apresentado no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2027	1.700	233.540	1.700	233.540
2028	-	4.119	-	4.119
2029	-	-	-	-
Total	1.700	237.659	1.700	237.659

Cellera Farmacêutica S.A.

Ativo
Cientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 9)
Cellera Consumo Ltda. 24.482 12.644

Conta corrente - Partes relacionadas
Cellera Consumo Ltda. (ii) 137.824 141.097

Mútuo a receber - Partes relacionadas
Cellera Consumo Ltda. (iii) 20.249 15.638

Outros ativos (nota 12) e Patrimônio Líquido (nota 23)
Omlton Visconde Júnior (i) 29.886 27.502

Total Ativo 212.440 196.881

Passivo
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)
Cellera Consumo Ltda. (12.573) -

Total Passivo (12.573) -

(i) Os saldos referem-se à recebíveis do acionista Omlton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por R\$ 16.662 registrado na rubrica de outros ativos (Nota 12) e R\$ 13.224 referente a capital a integralizar (Nota 23). (ii)

A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Celleria Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior a 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 41.600 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 44.120 em 2024) e reconhecido em contrapartida à linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Celleria Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior a 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 20.248 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 15.638 em 2024), reconhecido em contrapartida à linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. O mútuo foi quitado em sua totalidade no início do ano de 2026 no total de R\$ 20.248. **b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado:**

Recita (nota 24)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cellera Consumo Ltda.	86.980	128.641	-	-
Total	86.980	128.641	-	-

Cellera Consumo Ltda.

Custos dos produtos vendidos (73.452) (86.161)

Despesas compartilhadas (39.134) (2.773)

Total (112.586) (88.934)

Recita/Despesa Financeira (nota 27)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024</

Movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e Nota comercial:											
Cellera Farmacêutica S.A.											
Taxa de juros	2023		Adições		Juros incorridos (iii)		Pagamento principal		Pagamento de juros		Controladora
	2024	Adições	IR Retido	Varição Cambial	Juros incorridos (iii)	Pagamento principal	Varição cambial	Pagamento de juros	2024	2025	
Empréstimos	CDI + 3,94% a 8,51% a.a.	28.222	8.500	-	4.314	(14.078)	(4.314)	22.644	(4.314)	22.644	IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada
Debêntures (ii)	CDI + 9,00% a.a.	229.902	-	-	63.435	(31.373)	(39.178)	222.786	(39.178)	222.786	
Risco sacado	1,87% a.m.	-	6.077	-	19	(6.077)	(19)	-	-	-	Adições e exclusões permanentes
FINIMP (i)	7,02% a 8,70% a.a.	9.555	21.201	-	1.336	(12.287)	(1.059)	18.746	(1.059)	18.746	Autorregularização (i)
Nota Comercial (NC)	CDI + 4,55% a.a.	-	15.500	-	1.213	(1.188)	(982)	14.543	(982)	14.543	IRPJ diferido baixado no exercício
Total		267.679	51.278	678	19.836	(87.710)	(45.552)	278.719	(45.552)	278.719	Prejuízos fiscais/base negativa não reconhecidos
Despesa de IRPJ e CSLL											
Alíquota efetiva											
11% (16%) 389% (12%)											
(i) A autorregularização da RFB (Receita Federal Brasileira) é um programa incentivado que permite aos contribuintes regularizar débitos fiscais de forma espontânea, antes de serem notificados. O programa possibilita a utilização de 50% do valor devido com prejuízo fiscal para ajustar a base de cálculo dos tributos, enquanto os 50% restantes podem ser parcelados sem juros, promovendo a regularização fiscal de forma vantajosa. Em 2024 optamos por autorregularizar os impostos Federais (PIS/COFINS) neste programa. 23. Impostos e contribuições a recolher											
Parcelamentos Federais											
Outros impostos a Recolher											
Total											
24. Patrimônio líquido: a) Capital social:											
Capital social											
Capital a integralizar (i)											
Total											
490.426 490.426											
(i) Em 15 de outubro de 2024, foi realizada uma integralização de capital no valor de R\$ 1.132, efetuada pelo acionista Omilton Visconde Júnior, a quem se refere o saldo remanescente de R\$ 13.224, correspondente à obrigação de integralização de capital na Companhia. Na data de 06 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 81.481.424 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$ 42.370, de forma que o capital social da Companhia passa de R\$ 461.279, dividido em 699.509.538 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 503.649, totalmente subscrito e totalmente integralizado, dividido em 776.990.962 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e composto da seguinte forma:											
2025											
2024											
2025											
2024											
Quantidade de ações (milhares)											
Capital social											
Quantidade de ações (milhares)											
Capital social											
VSAPE24 - Fundo de Investimentos em Participações											
Omilton Visconde Júnior											
Marcel Visconde											
Total											
776.991 503.650 776.991 503.650											
25. Receita: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados dos exercícios:											
Controladora e Consolidado											
2025											
2024											
2025											
2024											
Receita bruta terceiros											
Receita bruta partes relacionadas (nota 13)											
Receita de industrialização											
Menos:											
Impostos sobre vendas											
Devoluções											
Total											
26. Despesas por natureza:											
Controladora e Consolidado											
2025											
2024											
2025											
2024											
Consumo de matéria-prima											
Despesas com pessoal											
Depreciação e amortização											
Serviços prestados de pessoas jurídicas											
Gastos com Reestruturação											
Despesas com propaganda e publicidade											
Despesas com fretes											
Comissão sobre vendas											
Despesas com viagens e estadias											
Despesas com materiais de uso e consumo											
Despesas com energia elétrica, água, telefone e correios											
Despesas com Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber											
Despesa com deságio venda de ICMS											
Despesa com recrutamento e seleção											
Despesas com advogados											
Despesas com litígios ref. parcerias											
Despesas com taxas diversas											
Despesas com seguros e prêmios											
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível											
Despesa líquida com baixa de ICMS - ADC 49											
Compensação de créditos tributários											
Outros											
Total do custo das vendas, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas/receitas											
Classificação das despesas por função:											
Controladora e Consolidado											
2025											
2024											
2025											
2024											
Custos dos produtos vendidos											
Despesas com vendas											
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber											
Despesas administrativas e gerais											
Outras despesas (i)											
Outras receitas											
Total											
(i) Os saldos são substancialmente referentes ao ICMS a recuperar, em 31 de dezembro de 2024 decorrente dos efeitos da modulação pelo STF, veja mais detalhes na nota explicativa 11.											
27. Receitas e despesas financeiras:											
Controladora e Consolidado											
2025											
2024											
2025											
2024											
Rendimento de aplicação financeira											
Juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 13)											
Juros ativos											
Variação Cambial											
Outros											
Total da receita financeira											
Despesa financeira											
Variação cambial											
Juros passivos (i)											
Despesas com IOF											
Descontos concedidos											
Outros											
Total da despesa financeira											
Despesas financeiras, líquidas											
(i) A Controladora, apresenta os juros passivos derivados de captações de terceiros líquidos dos juros ativos incorridos com o conta corrente com partes relacionadas. O efeito da compensação dos juros ativos com conta corrente com os juros passivos com terceiros foi de R\$ 41.600 (R\$ 44.120 em 2024).											
28. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.											
Ativos controladora											
31 de dezembro de 2025											
Ativos financeiros mensurados ao valor justo											
Instrumentos financeiros derivativos											
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo											
Caixa e equivalentes de caixa											
Contas a receber de clientes e outros recebíveis											
Outros ativos											
Conta corrente com partes relacionadas											
Mútuos a receber de partes relacionadas											
Ativos controladora											
31 de dezembro de 2024											
Ativos financeiros mensurados ao valor justo											
Instrumentos financeiros derivativos											
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo											
Caixa e equivalentes de caixa											
Contas a receber de clientes e outros recebíveis											
Outros ativos											
Conta corrente com partes relacionadas											
Mútuos a receber de partes relacionadas											
Total											
2025											
2024											
2025											
2024											
Depósitos											
Provisão Judiciais											
Total											
Cíveis											
Trabalhistas											
Total											
Movimentação da provisão para contingências de perda provável:											
Controladora e Consolidado											
2025											
2024											
2025											
2024											
Saldo no início do exercício											
Depósitos judiciais											
Reversões de provisões											
Constituição de provisões											
Saldo no final do exercício											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cellera Farmacêutica S.A.

continuação

Passivos controladora	Nota	Valor contábil				Valor justo		Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação
		Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total						
31 de dezembro de 2025													
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	263.620	263.620	263.620	263.620	Muito baixo	5	0%	170.558	-	Não
Passivo de arrendamento	20	-	-	672	672	672	672	Baixo	4	0%	119	-	Não
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	45.124	45.124	45.124	45.124	Moderado	3	50%	52	26	Não
				309.416	309.416	309.416	309.416	Alto	2	100%	110	53	Sim
								Muito alto	1	100%	5.505	5.505	Sim
											176.344	(5.583)	
Segundo nível: Desconsiderando os títulos do primeiro nível classificados como vencidos, a classificação de segundo nível é realizada com base em associações de créditos. Com base no Rating, a Administração atribuiu notas de 1 a 5, e utilizou a média dos doze últimos meses, de forma a determinar o percentual de a ser aplicado para fins de redução do valor recuperável. Abaixo quadro que demonstra a classificação de risco definida pelo Grupo.													
Passivos controladora													
31 de dezembro de 2024													
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	278.719	278.719	278.719	278.719	A	3	0%	170.041	-	Não
Passivo de arrendamento	20	-	-	7.853	7.853	7.853	7.853	B	2	15%	93	14	Não
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	47.493	47.493	47.493	47.493	C	1	50%	424	212	Não
				334.065	334.065	334.065	334.065				170.588	226	
											5.785	5.583	
											176.344	5.809	
Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo mantém o "Caixa e equivalentes de caixa" com bancos e instituições financeiras que possuem rating superior a BB-, baseado na agência de rating Standard & Poor's Global Ratings.													
Ativos consolidados													
31 de dezembro de 2025													
Ativos financeiros mensurados ao valor justo													
Instrumentos financeiros derivativos													
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	9.179	9.179	-	-						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	-	-	170.535	170.535	-	-						
Outros ativos	12	-	-	20.746	20.746	-	-						
Total				200.460	200.460								
Ativos consolidados													
31 de dezembro de 2024													
Ativos financeiros mensurados ao valor justo													
Instrumentos financeiros derivativos													
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	30.903	30.903	-	-						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	-	-	164.780	164.780	-	-						
Outros ativos	12	-	-	20.552	20.552	-	-						
Total				216.235	216.235								
Passivos consolidados													
31 de dezembro de 2025													
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	2.059	2.059	2.059	2.059						
Passivo de arrendamento	20	-	-	2.059	2.059	2.059	2.059						
Total				2.059	2.059	2.059	2.059						
Ativos consolidados													
31 de dezembro de 2024													
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	2.059	2.059	2.059	2.059						
Passivo de arrendamento	20	-	-	2.059	2.059	2.059	2.059						
Total				2.059	2.059	2.059	2.059						

Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo mantém o "Caixa e equivalentes de caixa" com bancos e instituições financeiras que possuem rating superior a BB-, baseado na agência de rating Standard & Poor's Global Ratings.

Caixa e equivalentes de caixa	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
	8	2.025	11.618	9.179	30.903
		2.025	11.618	9.179	30.903

i. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inevitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores"). O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Fornecedores e outras contas a pagar". A tabela a seguir analisa os passivos do Grupo em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.060	237.659	-	41.061	237.659	-
Fornecedores e outras contas a pagar	47.493	-	-	124.316	-	-
Passivos de arrendamentos	3.969	3.885	-	3.969	3.885	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total	92.522	241.544	-	170.356	241.544	-

Em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	261.920	1.700	-	245.148	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	45.124	-	-	97.262	-	-
Passivos de arrendamentos	426	246	-	4.487	2.894	2.306
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total	708.470	1.946	-	347.697	2.894	2.306

Em 31 de dezembro de 2024

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	261.920	1.700	-	245.148	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	45.124	-	-	97.262	-	-
Passivos de arrendamentos	426	246	-	4.487	2.894	2.306
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total	708.470	1.946	-	347.697	2.894	2.306

Em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	261.920	1.700	-	245.148	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	45.124	-	-	97.262	-	-
Passivos de arrendamentos	426	246	-	4.487	2.894	2.306
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total	708.470	1.946	-	347.697	2.894	2.306

Em 31 de dezembro de 2024

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	261.920	1.700	-	245.148	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	45.124	-	-	97.262	-	-
Passivos de arrendamentos	426	246	-	4.487	2.894	2.306
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total	708.470	1.946	-	347.697	2.894	2.306

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	21.880	14.586	(36.466)	(43.759)
	(21.880)	(14.586)	36.466	43.759

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	22.950	15.300	(38.250)	(45.900)
	(22.950)	(15.300)	38.250	45.900

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	
	25%	50%	25%	50%
USD	23.335	15.556	(38.891)	(46.669)
	(23.335)	(15.556)	38.891	46.669

Moeda (variação cambial)

Moeda (variação cambial)	Controladora		Consolidado	

continuação

Cellera Farmacêutica S.A.

administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria Cellera Farmacêutica S.A. sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2026

PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027613/F-1

José Nestor Gava Filho
Contador
CRC 15P248379/O-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Journal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 34.337.707/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas período findo em 31 de dezembro de 2025 da BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Balanco Patrimonial levantado em 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstrações do resultado para os exercícios e semestres findos em 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)					
Ativo	Notas	31/12/25	31/12/24	Passivo	Notas	31/12/25	31/12/24	2025	2024
Circulante		496.435	356.430	Circulante		331.533	193.582	2º semestre	Exercício
Disponibilidades	5	244.456	189.570	Outras obrigações		331.533	193.582		
Caixa e Equivalentes de Caixa		180.652	186.526	Conta de Pagamento Pré-paga	11	41.340	-	34.664	52.957
Reservas Livres		22.464	3.044	Fiscais e previdenciárias	8a	43.078	61.176	14.850	18.755
Reservas Terceiros	11	41.340	-	Diversas	8b	247.115	132.406	19.814	34.202
Operações de crédito		116.607	1.911					(1.613)	(2.441)
Setor privado	6	120.043	2.048	Patrimônio líquido		10	165.940	12.698	11.584
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	6	(3.436)	(137)	Capital		7.000	7.000	33.051	50.516
Outros créditos		7	135.372	Reservas de Lucros		158.940	155.848	12.698	13.117
Diversos		135.372	164.949	Reserva Legal		1.400	1.400	48.487	57.936
Não Circulante		1.038	-	Reserva de Lucros		157.540	154.448	72.369	48.487
Permanente		1.038	-	Total do passivo e patrimônio líquido		497.473	356.430	105.420	99.003
Imobilizado de uso		1.038	-					105.420	99.003
Outras imobilizações de uso		1.038	-					34.831	(34.831)
(Depreciações acumuladas)		-	-					25.068	(25.068)
Total do ativo		497.473	356.430					9.033	(9.033)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional: A BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., (a qual neste relatório, quando necessário, será denominada de "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, constituída pelas disposições da Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional (posteriormente revogada pela Resolução CMN 5.050 de 25 de novembro de 2022) e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2019, tendo iniciado as operações em outubro de 2019.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras, quando aplicável, incluem estimativas e provisões, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificadas nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e provisões. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 11 de março de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação: Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025: Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são: 3.1- A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência. 3.2- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negociação da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa, e não mais com base na intenção. 3.3- As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas. 3.4- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade. 3.5- Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução. Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, de 1 de dezembro de 2023. Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor. 4. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente convertíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Instrumentos Financeiros: 1. Classificação dos instrumentos financeiros: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. A Instrução administrativa classifica os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir: Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais; Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro. Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios. A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPV). Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPV a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. II. Mensuração dos instrumentos financeiros: A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: Custo Amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato. Ao valor justo em outros resultados abrangentes: ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem. III. Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros do Sicoob são categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir: Instrumentos Financeiros - Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Instrumentos Financeiros - Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2. Instrumentos Financeiros - Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3. V. Baixa dos instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. c) Método de Taxa Efetiva de Juros: A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo: i. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito. II. A Instituição, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJE e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado. d) Suspensão dos Juros (stop accrual): De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático - Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias). Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias. Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2025, mas que não atendiam à condição de ativos problemáticos. e) Provisão para Perdas: I. Visão Geral: A Instituição realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para: II. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas: As operações de crédito são classificadas em sua respectiva carteira de crédito e registradas pelo valor principal contratado, acrescido de encargos e atualizações pactuadas, reconhecidos pelo regime de competência. As carteiras de crédito são avaliadas quanto ao seu risco, observando-se os percentuais mínimos de provisão definidos pela regulamentação vigente, aplicados sobre o valor contábil bruto das operações em aberto, conforme o número de dias de atraso. As perdas são reconhecidas no resultado como despesa de provisão para perdas esperadas e registradas em contrapartida a conta reductora do ativo. Recuperações de créditos baixados são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. III. Aumento significativo no risco de crédito: A Instituição considera na classificação de perdas esperadas a existência de sinais de aumento no risco de crédito ou de evidência objetiva de dificuldade de recuperação. Entre os principais indicadores estão: i. Histórico de inadimplência do tomador; ii. Atorçã relevante no cumprimento das obrigações contratuais; iii. Índícios de renegociação ou reestruturação motivados por incapacidade financeira do devedor; iv. Situações formais que evidenciam dificuldades de pagamento, como o ingresso em processo de recuperação judicial. Havendo indícios de aumento da perda ou de baixa capacidade de recuperação, a operação é objeto de majoração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e nos casos em que não há expectativa significativa de recuperação, o contrato é baixado para prejuízo. IV. Cálculo da perda esperada: O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros: Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito. f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A Administração da Instituição considera que, do ponto de vista fiscal, a SCD é "instituição financeira", porém não está automaticamente sujeita aos regimes especiais de tributação aplicáveis às instituições financeiras. A legislação fiscal vigente demonstra que as SCDs não estão relacionadas no rol das instituições financeiras que estão sujeitas aos seguintes regimes: "Obrigatoriedade ao regime de tributação no lucro real: o Artigo 14, II, da Lei 9.718/98 relaciona as instituições financeiras que estão obrigatoriamente sujeitas à apuração do lucro real. As SCDs não constam dessa relação, de forma que podem optar pela sistemática do lucro presumido ou do lucro real, desde que atendam aos demais critérios para enquadramento nestes regimes." - A opção da Instituição para o exercício de 2025 e 2024 foi pelo lucro real. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro real tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro real tributável para contribuição social. g) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes: As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento

jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando considerados "praticamente certos", que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Provisões para riscos: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. h) Outros ativos e passivos contingentes, realizáveis e exigíveis a longo prazo: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. i) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. j) Lucro por ação: É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. k) Partes relacionadas: As operações com partes relacionadas são realizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, observando condições compatíveis com as praticadas no mercado, bem como os requisitos de divulgação estabelecidos pelo CPC 05 (R1). 5. Caixa e equivalentes de caixa: Descrição 31/12/25 31/12/24 Disponibilidades 244.456 189.570 Total 244.456 189.570 Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Composição Carteira		31/12/25	31/12/24
Crédito Pessoal - Consignado		25.961	
Crédito Pessoal		42.875	
Capital de Giro		43.136	
Financiamentos		2.609	
Crédito Direto ao Consumidor		1.723	
Nota Comercial		3.739	
Total		120.043	

b) Provisão associada a risco de Crédito: Provisão de Perdas 31/12/25 (3.027) Empréstimos (621) Perdas Incorridas (2.406) Perdas Esperadas (338) Financiamentos (200) Perdas Incorridas (138) Perdas Esperadas (71) Nota Comercial (71) Perdas Esperadas (3.436) Total da Provisão (3.436)

Movimentação da provisão para perdas esperadas e incorridas:		2025	2024
Movimentação		603	
Saldo Inicial		3.654	
Constituição Líquida		-821	
Baixas (créditos irrecuperáveis)		3.436	
Total		3.436	

7. Outros créditos: Descrição 31/12/25 31/12/24 Impostos e Contribuições a compensar 30.881 17.923 Cessões de créditos a processar 58.519 116.498 Adiantamentos a Fornecedores 19.431 30.500 Crédito Tributário Diferido 1.679 28 Diversos 24.862 - Total 135.372 164.949

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada: 8. Outras obrigações: a) Fiscais e previdenciárias: Descrição 31/12/25 31/12/24 Provisão para o imposto de renda e contribuição social 34.101 57.412 Pis/Cofins a recolher 3.154 2.337 Outros impostos e Contribuições a recolher 5.823 1.427 Total 43.078 61.176

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação		BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.		
b) Diversas		13. Outras Despesas Administrativas:		
Descrição	31/12/25 31/12/24	Descrição	31/12/25 31/12/24	
Comissões a pagar	59.209 64.608	Despesas De Aluguéis	376 167	
Operações de crédito a liquidar	186.338 67.506	Despesas De Comunicações	74 143	
Provisão pagamentos a efetuar	1.568 292	Despesas Filantrópicas	- 316	
Total	247.115 132.406	Despesas De Manutenção E Conservação		
9. Provisão para passivos contingentes: Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2025 em 31 de dezembro de 2024 as contingências relacionadas a processos trabalhistas, contingências de tributários e processos cíveis não foram constituídas, motivado pela inexistência absoluta de tais processos decorrentes da recente constituição da Instituição. As declarações de rendimentos da Instituição estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais. 10. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é constituído por 7.000.000 ações ordinárias, com valor nominal no valor total de R\$ 7.000. b) Reservas de lucros: O saldo das Reservas de Lucros é assim composto: (a) Reserva legal no montante de R\$ 1.400, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024; (b) Outras Reservas de Lucros no montante de R\$ 157.540 (R\$ 154.448 em 31 de dezembro de 2024). O Estatuto Social prevê que do lucro líquido do exercício, serão destinados: 5% para o Fundo de Reserva Legal (FRL), até atingir 20% do capital social; 25% para dividendo aos acionistas, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. 11. Conta de Pagamento Pré - paga: Contas de pagamentos pré-paga no montante de R\$ 41.340 relacionadas a saldo de moeda eletrônica mantidas em contas de pagamento pré-paga, que constituem a Reserva de Terceiros, que não se confundem com o capital da Instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.855, de 9 de outubro de 2013. 12. Despesa de Honorários: a) Honorários:		14. Outras Despesas Operacionais:		
Descrição	31/12/25 31/12/24	Descrição	31/12/25 31/12/24	
Honorários da Administração (18)	237 419	Despesas de Operações De Crédito	181.881 62.911	
Total	237 419	Despesas não dedutíveis - Doações	231 107	
b) Com Pessoal:		Fraude - Ataque Cibernético (a)	174.337 -	
Descrição	31/12/25 31/12/24	Outras	- 336	
Despesas De Pessoal - Benefícios	1.404 -	Total	356.449 63.354	
Despesas De Pessoal - Encargos Sociais	4.888 -	(a) A administração informa que em 30/06/2025 sofreu o desvio de R\$ 241.511 decorrente de incidente de cibersegurança junto ao provedor de serviços de tecnologia da informação "PSTI" responsável por fazer a comunicação eletrônica de dados entre Instituições Financeiras e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este evento comprometeu exclusivamente a infraestrutura do PSTI e permitiu acesso indevido às contas reserva de oito Instituições Financeiras. A Instituição diligentemente tomou todas as medidas de segurança, operacionais e legais. Reforçamos que nenhum Cliente da Instituição foi impactado ou teve seus recursos acessados. 15. Despesas Tributárias:		
Despesas De Pessoal - Proventos	15.824 -	Descrição	31/12/25 31/12/24	
Despesas De Pessoal - Treinamento	22 -	Despesas com Cofins	19.789 11.714	
Total	22.138 -	Despesas com Pis	4.288 2.538	
16. Outras Receitas Operacionais:		Despesas com ISS	1.339 586	
Descrição	31/12/25 31/12/24	Outros Impostos e Taxas	107 -	
Lucros em Operações de Venda de Ativos	181.881 62.911	Total	25.523 14.838	
Financeiros - Cessão De Crédito	580.358 366.389	17. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto		
Outras Rendas Operacionais	1.560 190	Descrição	31/12/25 31/12/24	
Total	581.918 366.579	Despesas De Operação	2.065 1.650	
17. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto		Despesas De Operação	2.065 1.650	
de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período pode ser assim demonstrada:		Despesas De Operação	(1.494) (1.494)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		Total	(1.494) (1.494)	
Adições		Base do imposto de renda e da contribuição social	170.260 169.845	
Exclusões		Aliquotas: IR (25%) CS (9%)	42.565 15.286	
Total das adições		Incentivo Fiscal	(439) -	
Total das exclusões		Imposto de renda/Contribuição Social no exercício	42.114 15.282	
Base do imposto de renda e da contribuição social		Aliquota Efetiva	24,8% 9,0%	
Aliquotas: IR (25%) CS (9%)		18. Transações com partes relacionadas: Em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, a Instituição definiu como pessoal-chave da administração os membros da Diretoria, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades. A remuneração do pessoal-chave da administração, relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se devidamente provisionada e está apresentada na Nota Explicativa nº 12a. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Instituição realizou operações com partes relacionadas, conforme detalhado a seguir:	Imposto de renda/Contribuição Social no exercício	169.689 169.689
Ativo		Adições	2.065 1.650	
Bmp sociedade de microempreendedor Ltda.	24.754 -	Exclusões	2.065 1.650	
Total	24.754 -	Total das exclusões	(1.494) (1.494)	
Passivo	31/12/25 31/12/24	Base do imposto de renda e da contribuição social	170.260 169.845	
Fultech tecnologia e serviços Ltda.	43.118 8.000	Aliquotas: IR (25%) CS (9%)	42.565 15.286	
Multiplex serviços e gestão financeira Ltda.	22.095 -	Incentivo Fiscal	(439) -	
Total	65.213 8.000	Imposto de renda/Contribuição Social no exercício	42.114 15.282	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis		Aliquota Efetiva	24,8% 9,0%	

19. Limites Operacionais: A Instituição está enquadrada no Segmento 5 (S5) optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17, apurado pelo Banco Central do Brasil. **Basileia III - Indicadores de Risco - S5** 31/12/25 31/12/24

Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5	165.940	162.848
Limite para Imobilização (LI)	82.970	81.424
Valor da margem para imobilização	82.970	81.424

20. Outras Informações: Outros Serviços Prestados Pelos Auditores Independentes: Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não contratou serviços da RUSSELL BEDFORD BRASIL S/S Auditores Independentes relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses. **21. Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Em cumprimento à legislação específica e à melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância com a gestão de riscos e controles internos. Todos nossos colaboradores e prestadores de serviços foram inseridos no programa de treinamento de PLD - Prevenção à lavagem de Dinheiro. **22. Gerenciamento de Estrutura de Capital:** Em atendimento à Resolução nº. 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Instituição está em processo de implantação de uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **23. Gerenciamento de riscos: Gestão de Risco Operacional:** A Instituição está desenvolvendo ações visando à implantação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento de risco operacional. **Gestão de Risco de Mercado:** A Instituição está em fase de implantação de controles de risco de mercado para atender as exigências da Resolução nº. 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. **24. Eventos Subsequentes:** Após 31 de dezembro de 2025, ocorreram alterações na composição da administração da Companhia, incluindo membros da diretoria e pessoal-chave. Eventuais efeitos financeiros decorrentes dessas alterações serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício subsequente, conforme aplicável. A Administração avaliou a natureza desses eventos e concluiu que não há efeitos que demandem ajuste nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente.

Carlos Eduardo Benitez - Diretor
José Roberto Batista - CRC - ISP171350/0-5

Aos Acionistas da BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Mudanças nas políticas contábeis e divulgação:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3, que divulga os principais impactos da adoção da Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23, introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referentes à adoção da resolução são: A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. OS instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. ESSA abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência. Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa, e não

mais com base na intenção. As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva. Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade. Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução. **Outras ênfases não contém modificação relacionada a este assunto. Outras despesas operacionais:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Administração divulga que, em 30/06/2025, sofreu o desvio de R\$ 241.511 mil, decorrente de incidente de cibersegurança junto ao provedor de serviços de tecnologia da informação "PSTI", responsável por fazer a comunicação eletrônica de dados entre instituições financeiras e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este evento comprometeu exclusivamente a infraestrutura do PSTI e permitiu acesso indevido às contas reserva de oito Instituições Financeiras. A Instituição diligentemente tomou todas as medidas de segurança, operacionais e legais. Reforçamos que nenhum cliente da instituição foi impactado ou teve seus recursos acessados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto. **Eventos subsequentes:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 24, após 31 de dezembro de 2025, ocorreram alterações na composição da administração da Companhia, incluindo membros da diretoria e pessoal-chave. Eventuais efeitos financeiros decorrentes dessas alterações serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício subsequente, conforme aplicável. A Administração avaliou a natureza desses eventos e concluiu que não há efeitos que demandem ajuste nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Instituição, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Barueri, 31 de março de 2026. **Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S - 2** CRC RS 5.460/0-0 "T" SP **Eliane Tânia Resmini - Sócia Responsável Técnica** Contadora - CRC RS TP 59.765/0-1



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833


Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.


DATA MERCANTIL

São Paulo




Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ABJ Concessões CGH SPE Ltda.

CNPJ nº 54.737.187/0001-30 - NIRE nº 35.263.674.010

Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular de alteração, o signatário abaixo assinado: **Aldo José de Castro Braga Júnior**, brasileiro, publicitário, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 21 de Abril de 1977, portador da cédula de identidade RG n. M-5.215.727 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n. 691.725.601-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Comandante Ismael Guilherme, nº 165, Jardim Luzitania - CEP: 04031-120. Único sócio componente da Sociedade Limitada Unipessoal denominada "ABJ Concessões CGH SPE Ltda", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.737.187/0001-30, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Balthazar da Veiga, nº 634, 8º Andar, Vila Nova Conceição - CEP: 04510-001, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.263.674.010, resolve neste ato, alterar o contrato social, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: **Cláusula Primeira** - Neste ato, o sócio resolve transformar a Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade Anônima, passando a denominar-se **AMOS Brazil S.A.**, a ser regida por Estatuto Social, em conformidade com as normas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e em continuação e sucessão da Sociedade Limitada Unipessoal, não havendo, portanto, constituição de nova sociedade, mas apenas transformação do tipo jurídico adotado com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes. **Cláusula Segunda** - O Capital Social da Sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passará a ser representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data em moeda corrente nacional, distribuídas entre os acionistas consoantes especificados no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante e indissociável deste instrumento como Anexo I. **Cláusula Terceira** - Neste ato, altera-se o objeto social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação: "A sociedade tem por objeto social os serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; aluguel de imóveis próprios; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; estacionamento de veículos; e serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente". **Cláusula Quarta** - Adotar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, parte integrante desta Ata na forma do Anexo II, a ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), pelo qual se regerá esta Companhia. **Cláusula Quinta** - Definiu-se pela não instalação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para a Companhia neste momento, decidindo pela administração da Companhia uma Diretoria, composta por apenas um membro, que será empossado no cargo de Diretor Presidente. Neste ato, é eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, o Sr. **Aldo José de Castro Braga Júnior**, brasileiro, publicitário, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 21/04/1977, portador da cédula de identidade RG n. M-5.215.727 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n. 691.725.601-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Comandante Ismael Guilherme, nº 165, Jardim Luzitania - CEP: 04031-120, com mandato pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. O Diretor Presidente ora eleito, declara sob a pena da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Declara ainda, que não tem interesse conflitante com a Companhia e que não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal. E assim, assina o presente instrumento particular de alteração e transformação em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 07 de abril de 2025. **Sócio: Aldo José de Castro Braga Júnior** CPF/MF n. 691.725.601-34; **Visto da Advogada: Thayná Tozzo Martins** CPF: 425.244.288-50, OAB/SP: 466.301, ANEXO II AMOS Brazil S.A. CNPJ/MF nº 54.737.187/0001-30, **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração - Artigo 1º** - A Companhia denominada AMOS Brazil S.A. é uma sociedade anônima com capital fechado, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Balthazar da Veiga, nº 634, 8º Andar, Vila Nova Conceição - CEP: 04510-001, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, sucursais, depósitos, escritórios ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional. **Artigo 3º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto - Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto social os serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; aluguel de imóveis próprios; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; estacionamento de veículos; e serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente. **Capítulo III - Do Capital e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias e sem valor nominal. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais - Artigo 7º** - A Assembleia geral reunir-se-á ordinariamente nos dias 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, antecedência da data designada, informando, data, hora, local da reunião e as matérias que farão parte da ordem do dia. **Artigo 12** - Caberá, ao Diretor Presidente da Companhia, isoladamente, ou outros dois Diretores sem designação específica, em conjunto, os poderes para a prática dos atos necessários e/ou convenientes à administração da Companhia, a representação da Companhia em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive perante quaisquer repartições federais, estaduais e municipais, a administração, orientação e direção dos negócios sociais, observado o disposto no Parágrafo Único deste artigo, além dos poderes abaixo mencionados: i. Administrar e superintender os negócios da Companhia, podendo vender, permutar, adquirir, ou, por qualquer forma, onerar os bens móveis em nome da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições. ii. Assinar todos e quaisquer documentos que impliquem responsabilidade ou obrigação da Companhia, inclusive cheques, ordens de pagamento e outros, observado o disposto no Parágrafo Único deste artigo. iii. Transferir reservas de capital, de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie. iv. Realizar as transações entre a Companhia e qualquer subsidiária e seus empregados, diretores, quotistas ou acionistas; e v. Assinar procurações outorgadas pela Companhia, as quais além de mencionarem expressamente os poderes conferidos deverão ter, salvo as para fins judiciais, prazo de vigência limitada. Parágrafo Único - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer um dos sócios, diretores, procuradores ou funcionários que envolverem a Companhia em negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, situações estas que deverão ter aprovação da maioria absoluta do capital social, devidamente aprovadas por assembleia geral. **Artigo 13** - O Diretor Presidente poderá, ainda, convocar assembleia geral de acionistas a qualquer tempo. **Artigo 14** - Nas ausências e impedimentos temporários de membros da Diretoria, observar-se-á a seguinte orientação: (a) o Diretor Presidente será substituído por qualquer dos Diretores sem designação específica; e (b) os Diretores sem designação específica substituir-se-ão uns aos outros. **Parágrafo Único** - A vacância, ausência e/ou impedimento temporário de qualquer dos cargos da Diretoria, não importa necessariamente em substituição ou acúmulo de cargos, podendo a Companhia ser administrada pela Diretoria com sua composição mínima, ou outra superior, de acordo com o disposto no Artigo 10. **Artigo 15** - A Diretoria poderá autorizar a Companhia a adquirir ações próprias para a permanência em tesouraria, até o valor do saldo de lucros e/ou reservas, exceto a legal, sem a redução do capital social. **Parágrafo Único** - As ações próprias adquiridas pela Companhia, enquanto em Tesouraria, não terão direito a dividendo e voto. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal - Artigo 16** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela assembleia geral ordinária e exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, permitida a reeleição. **Capítulo VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 17** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base neste Estatuto Social e na legislação aplicável, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, submetendo-as à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento, e dos auditores independentes, se houver. **Parágrafo Primeiro** - O lucro líquido apurado em cada exercício, poderá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, desproporcionalmente à participação de cada um do capital social. **Parágrafo Segundo** - Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para a formação de outras reservas previstas por lei. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá, ainda, levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos da Lei 6.404/76. **Parágrafo Quarto** - A Diretoria poderá, também, declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço realizado pela Companhia. **Capítulo VIII - Da Cessão, Da Dissolução, Extinção, Liquidação e Continuidade da Companhia - Artigo 18** - Nenhum dos acionistas poderá ceder ou transferir a terceiros suas ações, no todo ou em parte, sem primeiro notificar os outros sócios, que, tendo mais de um sócio interessado, terão direito de preferência nas mesmas condições ofertadas e proporcionalmente a sua participação no capital social. A fim de dar cumprimento ao disposto neste Artigo, o sócio que desejar ceder ou transferir suas ações dará, aos outros sócios, notificação por escrito, informando o seu desejo de ceder ou transferir as ações e as condições de tal cessão ou transferência. Ao receber tal notificação, os outros sócios terão o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento, para informar se deseja ou não exercer o direito de preferência, em proporção às quotas que possuir. Caso não o deseje, a cessão ou transferência poderá ser feita a terceiros, nas condições previstas na notificação. **Parágrafo Primeiro** - No caso de um dos acionistas desejar retirar-se da Companhia, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres, apurados em balanço especial levantado especialmente para essa finalidade, serão pagos em até 20 (vinte) prestações, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da finalização do balanço especial. **Parágrafo Segundo** - A Companhia não se dissolverá pelo impedimento, retirada, insolvência ou falência de qualquer dos acionistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma do disposto no Parágrafo Primeiro acima. **Artigo 19** - A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação em assembleia geral. **Artigo 20** - Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, dividido entre os acionistas de acordo com a participação de cada um do capital social, na data da liquidação. **Capítulo IX - Da Legislação Aplicável e Foro - Parágrafo Único** - Os trabalhos da assembleia geral, por maioria dos votos, serão dirigidos apenas pelo presidente da mesa, o qual poderá escolher alguém para secretariá-lo, se for o caso. **Artigo 8º** - A convocação de qualquer assembleia geral, ordinária ou extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, local, data e hora da assembleia, ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** - Independentemente do disposto no caput deste artigo 8º, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo** - Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, na forma do art. 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, sendo então considerado presente à assembleia. **Artigo 9º** - As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria absoluta das ações com direito a voto, correspondendo a cada ação ordinária um voto. **Capítulo V - Da Diretoria Da Companhia - Artigo 10** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 01 (um) e no máximo 05 (cinco) membros, pessoas naturais, residentes no Brasil, devendo haver obrigatoriamente um Diretor Presidente, e os demais, se existentes, Diretores sem designação específica, eleitos pelo mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos em até 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos. **Parágrafo Segundo** - A qualquer tempo e sem motivo justificado, poderão os acionistas promover a substituição e/ou exclusão dos membros da Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providências cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a tanto. **Parágrafo Terceiro** - A remuneração global da Diretoria será fixada, anualmente, mediante deliberação em assembleia geral, levando-se em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, conforme estabelece o artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 11** - A convocação de qualquer reunião de Diretoria poderá ser feita pelo Diretor Presidente, ou quaisquer outros dois Diretores em conjunto com, pelo menos, 7 (sete) dias de. **Artigo 21** - Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias decorrentes deste Estatuto Social. **Artigo 22** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76. **Aldo José de Castro Braga Júnior** - Acionista; **Lucio Da Costa Carmo Terra Barth** - Acionista. **Visto da Advogada:** Thayná Tozzo Martins - CPF: 425.244.288-50 - OAB/SP: 466.301. Jucesp sob o NIRE 3530066589-9 e registrada sob o nº 180.342/25-3 em 05/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Akaer Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 65.047.250/0001-22 - NIRE 35.300.474.465

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 20 de janeiro de 2026, às 10 horas, na sede da **Akaer Engenharia S.A.** ("Companhia"), situada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Melo, CEP 12247-014. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas, conforme art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretária: Juliana Santos Araújo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) exame e votação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) apreciação das contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e distribuição de dividendos. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **5.1.** Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, na qual foi apurada, após IRPJ e CSLL, o prejuízo líquido no valor de R\$ 3.707.644,45 (três milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). **5.2.** Aprovar as contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **5.3.** Não distribuir dividendos aos Acionistas e não constituir reservas devido à apuração de prejuízos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, em seguida, foi lida a todos, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São José dos Campos, 20 de janeiro de 2026. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva - Presidente; Juliana Santos Araújo - Secretária. Acionistas: **Akaer Participações S.A.** (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva); **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** (Francilio Graciano). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.854/26-0 em 25/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Ribeirão Pires, 31 de março de 2025. **A. Diretoria.** (01, 02 e 03/04/2026)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h do dia 09 de abril de 2026 na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://enurtador.com.br/roXw>. A assinatura da respectiva Ata se fará por meio digital e ser disponibilizado, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: • Abertura de nova filial da companhia no Aeroporto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia informa que os documentos elencados na Lei 6.404/76 estarão à disposição dos Senhores Acionistas para livre consulta. São Paulo, 30 de março de 2026. **Leonardo Rosendo Fiuzza** - Diretor. (01, 02 e 03/04/2026)

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - CVM 24112 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a Ser realizada em 30 de abril de 2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 16h00, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias, da ordem do dia: **(1)** Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal; **(2)** Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(3)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO. Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais.** Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú") ou à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") poderão participar da AGO: **(i)** pessoalmente ou por seus representantes legais; ou **(ii)** por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGO. **Participação.** Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até 28 de abril de 2026 (inclusive), em conformidade com a RCVM 81, observando as etapas abaixo: **(i)** Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>; **(ii)** Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo; **(iii)** Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e **(iv)** Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomenda-se acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO. O acionista deverá apresentar os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física: documento de identificação original com foto (identidade, RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; **(ii)** se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e **(iii)** se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail invest@voeazul.com.br. **Boletim de Voto a Distância.** Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância ("Boletim" ou "BVD"), nos termos da RCVM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voeazul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>). Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão: **(i)** preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital conforme instruções contidas abaixo; **(ii)** caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida; **(iii)** caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou **(iv)** caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida. Nos termos do artigo 27 da RCVM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é 26 de abril de 2026 (inclusive). Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGO. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGO e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voeazul.com.br/>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>), da B3 (<https://www.b3.com.br/>) e da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC (<https://www.sec.gov/>), nos termos do artigo 124, § 6º e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da RCVM 81. Barueri/SP, 31 de março de 2026. **David Gary Neeleman** - Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Easyseg Tecnologia S.A.

CNPJ nº 36.429.771/0001-46 - NIRE 3530054948-1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data/Hora: 10.08.2025 às 13hs. **Local:** Na sede da "Companhia" Easyseg Tecnologia S.A., localizada à rua Pascal nº 799, bairro Campo Belo, CEP: 04616-002 no município de São Paulo/SP. **Convocações e Presença:** Face à presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, foram dispensadas as formalidades de convocação. **Composição da Mesa:** Presidente Sr. Anderson Bittencourt Cunha e Secretário o Sr. Wagner Machado Cici. **Membros da Diretoria:** Diretor Presidente Sr. Anderson Bittencourt Cunha e o Diretor Executivo Sr. Wagner Machado Cici. **Ordem do Dia:** 1. Alteração das atividades econômicas da matriz e suas filiais. 2. Alteração do endereço da filial. 3. Consolidação do estatuto social. **Item 01** - Alterar as atividades econômicas da matriz e de suas filiais, conforme passa a expor: **Matriz**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0001-46, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3530054948-1, com sede e foro à rua Pascal, nº 799, bairro Campo Belo, CEP 04616-002 no município de São Paulo/SP, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 01**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0002-27, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4392001639-7, com sede à rua Arabutã, nº 521, bairro Navegantes, CEP 90240-470, no município de Porto Alegre/RS, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 02**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0003-08 (registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4190194930-6 com sede à rua Brasília Itiberê, nº 4071, bairro Água Verde, CEP 80240-060, no município de Curitiba/PR, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 03**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0004-99, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590677192-6, com sede à rua Barão de Jaguará, nº 1481, andar 7, conjunto 77, bairro Centro, CEP 13015-910, no município de Campinas/SP, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Item 02** - Alteração do endereço da Filial 01, inscrita no CNPJ sob o nº 36.429.771/0002-27 e NIRE nº 43920016397, que passa a ser localizada à Avenida Lavras, nº 144, bairro Petrópolis, CEP 90460-040, no município de Porto Alegre/RS. **Item 03** - Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações ora deliberadas, conforme anexo denominado como documento nº 01. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa oferece a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a solicitou, declarou encerrados os trabalhos e suspende a assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão esta ata foi lida, aprovada e assinada em 04 (quatro) vias de igual teor. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata Lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 10 de agosto de 2025. JUCESP nº 351.190/25-9 em 08/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - Sob a denominação de **Easyseg Tecnologia S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto, nos termos da Lei nº 6.404/76 somada a legislação aplicável nos casos omissos. **Artigo 2º** - A sociedade tem a sua sede e foro jurídico no município de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Pascal, nº 799, bairro Campo Belo, CEP 04616-002, podendo sua administração estabelecer, onde convier, agências, filiais, sucursais e representações. **Parágrafo único** - A sociedade possui as seguintes filiais, que exercem as mesmas atividades econômicas da matriz, descritas no artigo 3º: **Filial 01**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0002-27, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4392001639-7, com sede à rua Arabutã, nº 521, bairro Navegantes, CEP 90240-470, no município de Porto Alegre/RS. **Filial 02**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0003-08, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4190194930-6 com sede à rua Brasília Itiberê, nº 4071, bairro Água Verde, CEP 80240-060, no município de Curitiba/PR. **Filial 03**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0004-99, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590677192-6, com sede à rua Barão de Jaguará, nº 1481, andar 7, conjunto 77, bairro Centro, CEP 13015-910, no município de Campinas/SP. **Artigo 3º** - A sociedade tem como objeto social as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade denominada **Easyseg Tecnologia S.A.** é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, dividido em 300.000 (trezentos mil) ações ordinárias, de valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo único** - O direito de preferência para subscrição do aumento do capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias da data da publicação, no órgão oficial, do competente aviso, sob pena de decadência. **Artigo 6º** - As ações ou títulos que as representem serão assinadas por dois diretores e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 7º** - A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciadas pela imprensa, como manda a lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com observância dos preceitos legais. **Parágrafo único** - A assembleia geral será convocada pelo Conselho de Administração e será presidida e secretariada por quem os acionistas presentes escolherem. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 8º - Da administração.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País e eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração, eleito pela assembleia geral ordinária com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, será composto de no mínimo, dois membros efetivos, todos acionistas e residentes no País. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração serão empossados pela assembleia geral que os eleger mediante termo lavrado e assinado no "Livro de Atas do Conselho de Administração". **Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração reunir-se-á no mesmo dia de sua investidura para escolher o seu Presidente. **Parágrafo 3º** - O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências e ou impedimentos por qualquer dos outros conselheiros a ser escolhido em reunião do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º** - No caso de vacância de cargo de conselheiro, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, uma assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição. **Artigo 10º** - O Conselho de Administração terá os poderes e as atribuições que a lei faculta. **Artigo 11º** - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação, de seu Presidente ou na ausência e/ou impedimento deste por qualquer conselheiro observado o prazo de antecipação de 3 dias. **Parágrafo único** - O Conselho de Administração deliberar com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 12º** - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, com mandato por 03 anos, admitida a reeleição da totalidade de seus membros, compor-se-á por 02 membros, acionistas ou não, residentes no País. **Parágrafo único** - O mandato da diretoria se prorrogará, automaticamente até que seja publicada no Diário Oficial do Estado a certidão de arquivamento, na Junta Comercial, da ata da assembleia geral que aprovou a gestão e as contas da Diretoria. **Artigo 13º** - Compete a Diretoria designar procuradores, em nome da companhia, devendo constar dos respectivos instrumentos de procuração os atos e as operações que poderão praticar, a duração dos mandatos e a assinatura de dois diretores. Compete ainda a Diretoria: a. representada por um só diretor ou um procurador: a.1 - a prática de todos os atos de gestão normal do patrimônio social; a.2 - a representação ativa e passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, perante terceiros em geral, pessoas físicas e ou jurídicas, de direito público e/ou privado. B. representada por dois diretores, por um diretor e um procurador ou por dois procuradores: b.1 - a prática de todo e qualquer ato, o qual, por qualquer forma, obrigue a sociedade ou envolva a sua responsabilidade. **Artigo 14º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o determinarem, podendo ser convocada pelo Conselho de Administração, por qualquer diretor ou pelo Conselho Fiscal, obedecida a antecedência de três dias. **Parágrafo único** - A Diretoria deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 15º** - O Conselho de Administração e a Diretoria terão seus honorários fixados pela assembleia geral que eleger o Conselho de Administração. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 16º** - O Conselho Fiscal terá caráter não permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas nos casos previstos em lei e compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Parágrafo 2º** - Os suplentes substituirão os membros efetivos, automaticamente, na ordem de sua designação. **Parágrafo 3º** - A remuneração Dos membros do conselho fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária. **Capítulo VI - Do Exercício Social. Artigo 17º** - O exercício social começa no dia 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18º** - Os órgãos da administração apresentarão a assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais. **Parágrafo único** - Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo, equivalente a parcela de 25% do lucro líquido de cada exercício. **Artigo 19º** - Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração julgar oportuno. **Parágrafo único** - Os balanços gerais a que alude o presente artigo serão transcritos no livro "Diário". **Capítulo VII - Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 20º** - A dissolução e a liquidação com consequente extinção da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **Artigo 21º** - Compete ao Conselho de Administração, se mantido pela assembleia geral, a escolha e nomeação do liquidante. **Artigo 22º** - A assembleia geral que determinar a dissolução da sociedade escolherá os membros do Conselho Fiscal que acompanharão a liquidação. **Artigo 23º** - Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Disposições Finais. Artigo 24º** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão dirimidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 10 de agosto de 2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026

Convocamos os Senhores Acionistas do Grupo Toky S.A., companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2546-1 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022, a se reunirem, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância ("Boletins de Voto"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas ("Assembleia Geral"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes da Companhia; (ii) o relatório da administração e a aprovação, com reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) condicionado à rejeição da matéria indicada no item (ii) acima, o relatório da administração e aprovação, sem reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) ratificação da eleição do Sr. Leonardo Gasparin como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (v) ratificação da eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (vi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo Estratégia Fundo de Investimento Financeiro ("Quartzo"), deliberar sobre a destituição do Sr. Marcelo Rodrigues Marques do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Victor Pereira Noda do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ix) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Daniel Vinicius Alberini Schrickte do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (x) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Leonardo Gasparin do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Felipe Fonseca Pereira do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xii) em caso de rejeição de todas as propostas de destituição membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 6 (seis) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiii) em caso de aprovação da destituição de um membro do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiv) em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xv) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de um novo membro para o Conselho de Administração para cumprir o prazo unificado de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xvi) em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028; e (xvii) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia; (iii) alterar o caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), para refletir: (a) os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de novembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025; e (b) o grupamento de ações, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (ii) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, inclusive) ("Cadastro").** Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTMV ("Escriturador") ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) para acionista pessoa física: cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) para acionista pessoa jurídica: cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) para acionista fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <cri@mobly.com.br>, até as 18:00 horas do dia 29 de abril de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. **Participação por meio de Boletim de Voto:** Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81/2022 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 26 de abril de 2026).** **Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia, incluindo a proposta do acionista Quartzo, e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Na hipótese de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração e, conseqüentemente, de deliberação sobre a eleição da totalidade dos membros do órgão, nos termos das matérias constantes dos itens (xvi) e (xvii) da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a referida eleição será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81/2022 e da Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70/2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade. Nos termos do artigo 5º, inciso I A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações. Caso, por ocasião da Assembleia Geral, não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto ficará sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 31 de março de 2026. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Marcelo Rodrigues Marques – Presidente do Conselho de Administração.

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A Grupo Toky S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados, nesta data, à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

